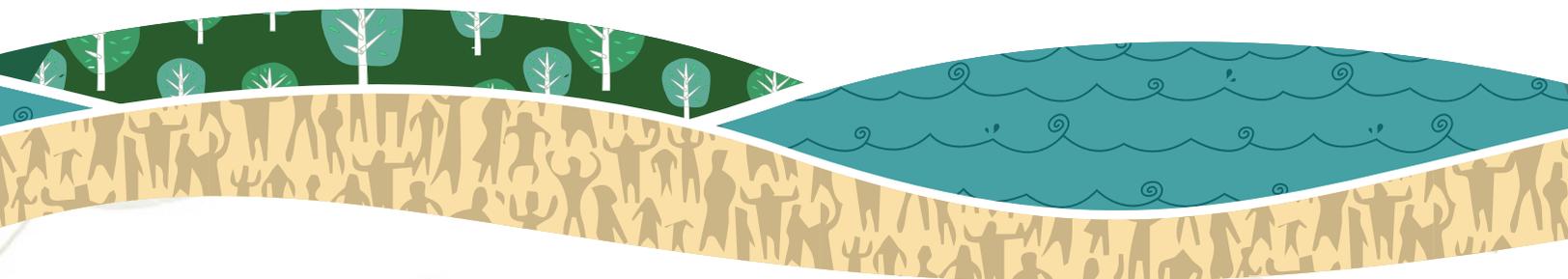


*Reflexões sobre a execução  
do Projeto de Apoio ao  
Desenvolvimento do Manejo  
Florestal Comunitário e  
Familiar em Florestas Públicas  
da Amazônia Brasileira*

*Reflexões sobre a execução  
do Projeto de Apoio ao  
Desenvolvimento do Manejo  
Florestal Comunitário e  
Familiar em Florestas Públicas  
da Amazônia Brasileira*



Realização



Apoio



## Equipe Responsável

### Redação e Edição

Ana Luiza Violato Espada  
*Coordenadora do Programa Florestas Comunitárias*  
E-mail: [anaviolato@ift.org.br](mailto:anaviolato@ift.org.br)  
Engenheira Florestal. CREA-PA 17586 D

Elias Santos Serejo  
*Jornalista ambiental do IFT*  
E-mail: [elias@ift.org.br](mailto:elias@ift.org.br)  
Jornalista. SRTE-PA 2258

### Secretaria Executiva do IFT

José Natalino Macedo Silva  
*Secretário Executivo*  
E-mail: [josenatalino@ift.org.br](mailto:josenatalino@ift.org.br)  
Engenheiro Florestal. CREA-PA 1801-D

Iran Paz Pires  
*Vice-Secretário Executivo*  
E-mail: [iran@ift.org.br](mailto:iran@ift.org.br)  
Engenheiro Florestal. CREA-PA 14732 D

### Projeto gráfico e Diagramação

RL|2 Design  
[www.rl2design.com.br](http://www.rl2design.com.br)

### Fotografias

Gambarini e arquivo do IFT

Belém-PA, abril de 2016

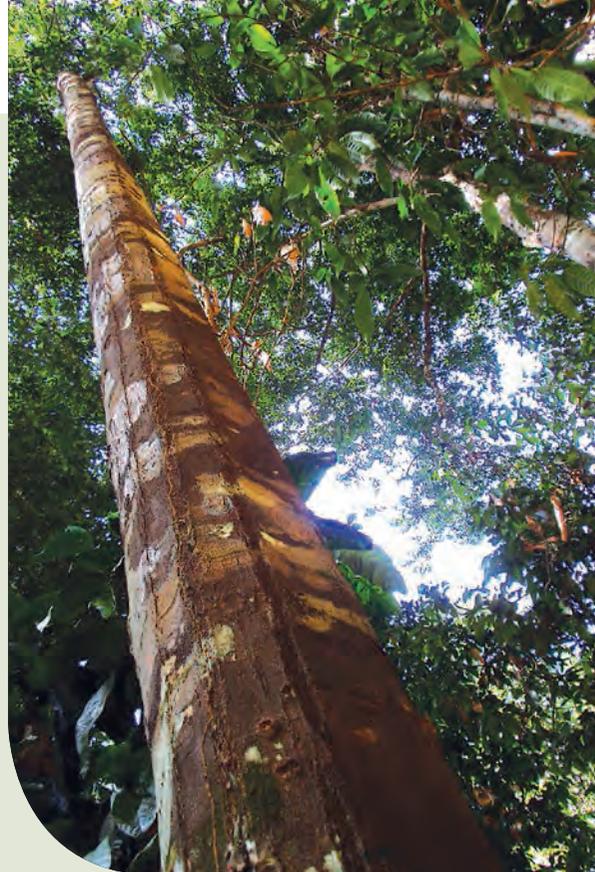


[www.ift.org.br](http://www.ift.org.br) • e-mail: [geral@ift.org.br](mailto:geral@ift.org.br)  
Twitter: [@IFTAmazonia](https://twitter.com/IFTAmazonia)  
Facebook: [/institutoflorestatropical](https://www.facebook.com/institutoflorestatropical)  
Tel: +55 91 3202-8300 / 8310  
Rua dos Mundurucus, 1613 – Jurunas  
CEP: 66025-660 – Belém – Pará – Brasil

# Mensagem da COORDENAÇÃO do projeto

As florestas desempenham papel fundamental para o desenvolvimento e a sobrevivência dos seres vivos. Possuem funções ecológicas, ambientais, sociais e econômicas que vão desde a manutenção de mananciais de água doce à fonte de matéria-prima. Contudo, no último século quase metade das florestas deixaram de existir no planeta e a maior pressão atualmente se concentra nas florestas tropicais. O Brasil se destaca nesse cenário por possuir a mais importante floresta tropical do mundo, a floresta amazônica e, ao mesmo tempo, por não conseguir controlar de forma eficiente o desmatamento e a degradação florestal.

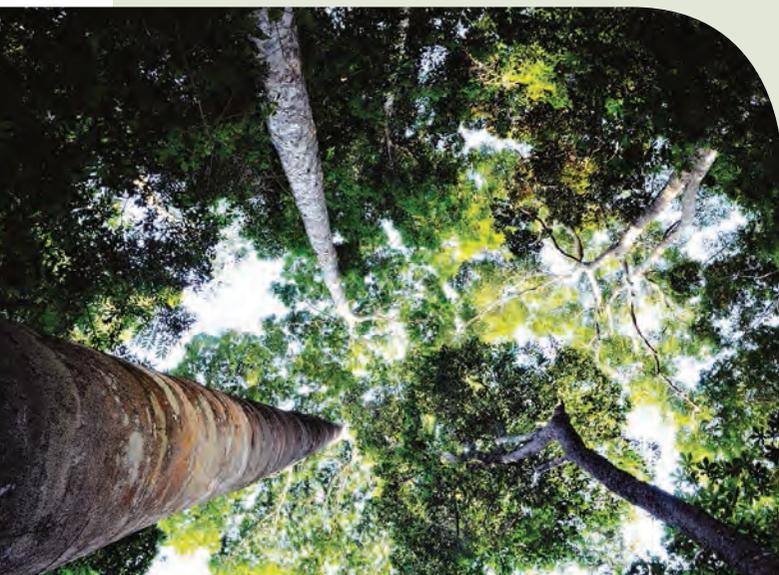
O bioma Amazônia, caracterizado pela ampla cobertura de floresta tropical, ocupa 49% do território brasileiro. Todavia, até 2013, o desmatamento acumulado na região amazônica chegou a 763.000 km<sup>2</sup>, área equivalente a três estados de São Paulo. Esse montante equivale à perda de quase 20% da cobertura original do bioma amazônico. O percentual é alarmante. A



perda refere-se, também, à rica biodiversidade presente nos ecossistemas florestais dos trópicos, além de afetar milhares de famílias que vivem dos recursos naturais da região.

As florestas da Amazônia também são alvo de ação predatória para geração de riquezas a partir da exploração seletiva de espécies arbóreas de alto valor comercial. Em função disso, a degradação ocasiona desvalorização das florestas, conduzindo ao desmatamento e conversão do uso do solo em atividades agropecuárias. Essa conversão do capital natural em capital econômico não necessariamente acarreta melhorias expressivas das condições socioeconômicas e de bem-estar social daquelas pessoas que vivem na região. Ao contrário, pobreza, desigualdade e problemas graves de saúde persistem ao longo das últimas décadas na Amazônia.





“O bioma Amazônia, caracterizado pela ampla cobertura de floresta tropical, ocupa 49% do território brasileiro”

Uma forma de coibir a ação predatória é fazendo o uso racional dos recursos naturais, que pode ser feito por meio do manejo florestal sustentável. O manejo florestal é a administração de uma floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, aplicando técnicas e práticas de exploração de impacto reduzido e garantindo que a floresta seja capaz de suprir, de forma contínua, produtos e serviços ecossistêmicos.

Nesse contexto, o manejo florestal comunitário na região amazônica representa uma das atividades econômicas mais importantes para inibir a exploração predatória e viabilizar transformações desejadas para a região, como aquelas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O uso planejado dos recursos florestais é uma das formas mais eficientes e legítimas de se buscar a conservação ambiental e a autonomia social e econômica em florestas comunitárias da

Amazônia. Quando manejada corretamente, a floresta é valorizada em pé e os riscos de degradação florestal e de desmatamento diminuem. Com planejamento e aplicação de técnicas de bom manejo, as condições de saúde e segurança no trabalho melhoram e os grupos comunitários passam a acessar um mercado formal com a possibilidade de garantir estabilidade e legalidade na comercialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Devido ao relevante papel na conservação ambiental, o manejo de florestas naturais na Amazônia brasileira merece um olhar mais atento e cuidadoso por parte de governos (municipal, estadual e federal) que se propõem a pactuar metas de combate ao desmatamento e degradação florestal. Contudo, notamos que ainda são insuficientes os esforços para a promoção do manejo florestal comunitário que, junto a outras agendas, depende de investimentos e de um compromisso mais sério do Estado, que ainda subestima, por exemplo, o número de servido-



res públicos para apoiar a gestão de florestas públicas e combater a ilegalidade no setor florestal, principalmente madeireiro.

O manejo florestal comunitário é fundamental para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento da Amazônia brasileira devido à dimensão territorial que as florestas públicas destinadas para comunidades ocupam. Do total de 224 milhões de hectares de florestas públicas federais cadastradas, 61% são destinadas ao uso comunitário e a maior parte encontra-se na região amazônica. Com destaque para as Reservas Extrativistas e os assentamentos ambientalmente diferenciados que representam 9% e 11%, respectivamente, do total de florestas públicas destinadas ao uso comunitário.

As Reservas Extrativistas e os assentamentos ambientalmente diferenciados possuem grande potencial para o manejo florestal comunitário, mas a maioria ainda se encontra em situação de vulnerabilidade, seja pelas deficiências na gestão destas florestas públicas ou

pela pressão de madeireiros e outros grupos econômicos interessados no uso e apropriação dos recursos naturais em curto prazo, ocasionando degradação florestal, desmatamento e problemas sociais e econômicos para as famílias que vivem nas áreas.

Atualmente, em apenas quatro Unidades de Conservação de Uso Sustentável geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se realiza a exploração madeireira de forma comunitária na Amazônia. São elas: Resex Chico Mendes (AC), Resex Ituxi (AM), Flona do Tapajós (PA) e Resex Verde para Sempre (PA). Na Flona do Purus, o plano de manejo florestal comunitário está licenciado e em fase inicial de organização comunitária e planejamento.

O Instituto Floresta Tropical (IFT), cuja missão é promover a adoção de boas práticas de manejo florestal contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população, se atentou para os



problemas enfrentados por comunidades que buscam realizar o manejo florestal como alternativa para geração de renda e estabelecimento de atividades econômicas legais. A partir de demandas apresentadas pelas próprias comunidades e pelo órgão gestor de florestas públicas, o IFT estabeleceu um programa específico para apoiar e assessorar produtores florestais de pequena escala e comunidades em suas escolhas produtivas relacionadas ao uso e à conservação de florestas.

Com o estabelecimento do Programa Florestas Comunitárias do IFT, o Instituto mostra à sociedade brasileira, sobretudo à amazônica, que o manejo florestal comunitário deve ser incentivado e promovido. As comunidades possuem papel importante para a gestão dos recursos florestais e conservação ambiental na Amazônia, mas para que isso se efetive, é preciso investir e oferecer apoio técnico para as comunidades que vivem da floresta e pela floresta.



“O manejo florestal comunitário é fundamental para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento da Amazônia brasileira...”



*Ana Luíza Violato Espada*  
Coordenadora do Programa  
Florestas Comunitárias



# Glossário de siglas e abreviaturas

APADRIT	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
APAT	Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável
APEMOL	Associação dos Pequenos Moveleiros de Lábrea
ASMADEL	Associação dos Pequenos Serradores de Lábrea
ATAMP	Associação dos Produtores Agroextrativista do Médio Purus
AUTEX	Autorização para Exploração
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz
CMFRB	Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch
CNS	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
COOAMA	Cooperativa do Aramã e do Mapuá
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós
COOPAGRI	Cooperativa Agroextrativista do Rio Ituxi
COPROD	Coordenação de Produção e Uso Sustentável
CSF	Conservação Estratégica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIR	Exploração de Impacto Reduzido
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
FBB	Fundação Banco do Brasil
FSC	Conselho de Manejo Florestal
GAR-Floresta	Grupo de Ação e Reflexão da Floresta
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GT MFC do Marajó	Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas



IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFT	Instituto Floresta Tropical
LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
MF-EIR	Manejo Florestal com Exploração de Impacto Reduzido
MFCF	Manejo Florestal Comunitário e Familiar
MFCF-UCs	Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA	Plano Operacional Anual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX	Reserva Extrativista
RICA	Rede Intercomunitária Almeirim em Ação
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMPA	Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
STTRL	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea
UC	Unidade de Conservação
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UPA	Unidade de Produção Anual
WWF	World Wide Fund for Nature



# Sumário



Compartilhando para promover o manejo florestal comunitário na Amazônia .....	10
O projeto conduzido pelo IFT: apoio ao manejo florestal comunitário para a conservação ambiental e desenvolvimento local .....	15
• Parcerias .....	16
• Objetivos específicos do projeto .....	18
• Atuação do IFT .....	19
• Estratégia de atuação .....	26
• Por que somente Unidades de Conservação? .....	28
• Cooperação para o manejo florestal comunitário .....	28
Atividades realizadas: fazendo, aprendendo e inovando .....	30
• O sistema de gestão por indicadores .....	34
• Construindo e aprimorando os modelos de manejo florestal comunitário .....	35
Principais resultados: aprendendo e aprimorando o manejo florestal comunitário na Amazônia .....	42
• Reserva Extrativista Ituxi .....	46
• Reserva Extrativista Mapuá .....	53
• Reserva Extrativista Verde para Sempre .....	58
Lições apreendidas e sugestões para a promoção do manejo florestal comunitário na Amazônia .....	68
Agradecimentos .....	72



*Apresentação:*

# COMPARTILHANDO para promover o MANEJO FLORESTAL comunitário na AMAZÔNIA

O Instituto Floresta Tropical (IFT) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua na Amazônia com foco em questões florestais. A instituição presta contas ao Ministério da Justiça e recebe avaliação externa em relação à transparência institucional. Para isto, adotou práticas eficazes de controle dos recursos financeiros, alcançando alto nível de transparência. É apoiado por diversos doadores que recebem e aprovam projetos que objetivam promover boas práticas de manejo florestal na Amazônia.

O IFT oferece experiência prática *in loco*, além de um relevante acervo teórico para aplicação de técnicas de Manejo Florestal com Exploração de Impacto Reduzido (MF-EIR). O público, em geral, são agentes do governo, trabalhadores da indústria madeireira, comunidades, pequenos produtores rurais, estudantes de esco-



las técnicas e universidades, além de tomadores de decisão de diversas esferas.

Com a experiência de mais de 20 anos de atuação na Amazônia, o IFT reúne novos esforços e assume outras nuances da conservação ambiental, como o fortalecimento da organização social para a realização do manejo florestal comunitário. O histórico de parceria entre IFT e povos da floresta permeia a fundação do Instituto, mas alcança em 2012, ano em que implantou o Programa Florestas Comunitárias, importante relevância na agenda institucional. A partir de então, o IFT potencializou a parceria com comunidades tradicionais e produtores rurais familiares.

Em 2014, o IFT aprovou o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira, desenvolvido em parceria



“...permitir que o uso florestal seja aliado à conservação ambiental.”

com o Fundo Vale, abrangendo três Reservas Extrativistas (Resex): Verde para Sempre e Mapuá, no Pará, e Ituxi, no Amazonas. Durante os trabalhos realizados com as comunidades destas Resex no período que antecedeu a aprovação do projeto, o IFT detectou uma pré-disposição dos moradores em usar racionalmente os recursos naturais e, inclusive, estruturar e estabelecer cadeias de valor para os principais produtos florestais com os quais eles já trabalhavam em escala familiar.

O IFT identificou que as dificuldades encontradas por moradores da floresta ocasionavam forte erosão das tradições e a migração para as cidades em busca de sobrevivência. Muitas famílias já promoviam o uso madeireiro e não madeireiro das florestas nestas regiões, algumas em condições informais e a grande maioria ilegais. Verificou-se que existe um forte interesse por manejo florestal,

sendo necessárias políticas de fomento e de formação de competências técnicas para permitir que o uso florestal esteja aliado à conservação ambiental e desenvolvimento local.

Existem grandes desafios para o uso de recursos naturais de forma sustentável, principalmente se for considerado que os povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e agricultores familiares ainda estão expostos a um baixo nível de apoio em termos de políticas públicas básicas. Estes grupos sociais lutam pela efetivação do manejo florestal e encontraram na parceria com o IFT uma forma de tornar o extrativismo florestal uma alternativa de geração de renda e bem-estar social. Nasce, então, no cerne do IFT, novos olhares para a floresta, desta vez com uma visão voltada para aqueles que vivem dela e para ela.



Os últimos anos foram decisivos para que a relação entre IFT e comunidades se tornasse ainda mais estreita. O projeto Almeirim Sustentável, executado entre de 2009 e 2014, realizado também em parceria com o Fundo Vale, teve grande alcance social, desenvolvendo atividades com mais de 100 comunidades que, mobilizadas, participaram ativamente das ações de fortalecimento socioeconômico pela qualificação do extrativismo florestal e apoio à agricultura familiar.

Como forma de sustentar esse legado e consolidar o capital social acumulado foi criada a Rede Intercomunitária Almeirim em Ação (RICA), para garantir a consolidação das ações após o encerramento do projeto. Pela dimensão dos desafios, a Rede tem se posicionado como articuladora local, estabelecendo alianças entre comunidades, empresas e governos.

A visão integrada do território e o fortalecimento da participação social também deixou

como fruto o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Almeirim que apresenta possibilidades e caminhos para a continuidade das ações realizadas durante quatro anos pelo IFT.

As lições apreendidas durante o projeto Almeirim Sustentável trouxeram fôlego ao IFT para assumir o desafio de trabalhar com as comunidades que vivem em Unidades de Conservação (UC), Assentamentos Rurais e Territórios Quilombolas. Este desafio converge com a própria missão da Instituição que almeja a conservação ambiental baseada no uso múltiplo da floresta como forma de gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos para o desenvolvimento na Amazônia. O IFT luta para garantir que o manejo florestal seja realizado seguindo as melhores práticas e técnicas existentes, de forma a efetivamente conservar os recursos florestais e gerar trabalho e renda.

## • Modelos

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira, aqui denominado apenas de MFCF-UCs, se propôs a mitigar alguns dos problemas es-

truturais do setor florestal amazônico ao desenvolver, aprimorar e disseminar modelos de uso dos recursos florestais por famílias e comunidades rurais da região em uma lógica integrada do uso econômico da floresta. O IFT

---

“O IFT luta para garantir que o manejo florestal seja realizado seguindo as melhores práticas e técnicas existentes...”

pretendeu reunir conhecimentos empíricos e as necessidades das populações que vivem nos territórios de atuação do projeto com os aprendizados técnicos, operacionais e científicos construídos pelo Instituto no Programa de Capacitação e Treinamento em Manejo Florestal, e das experiências e lições apreendidas de outros projetos como o próprio Almeirim Sustentável.

Surgiu, ao longo da execução do Projeto MFCF-UCs, a necessidade de documentar os aprendizados e disseminar as lições e desafios de implementar o manejo florestal comunitário e familiar em UCs. Com o apoio e colaboração da equipe que desenvolveu o projeto e parti-

cipou ativamente das atividades em campo, o IFT publica este documento denominado Reflexões sobre a execução do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira.

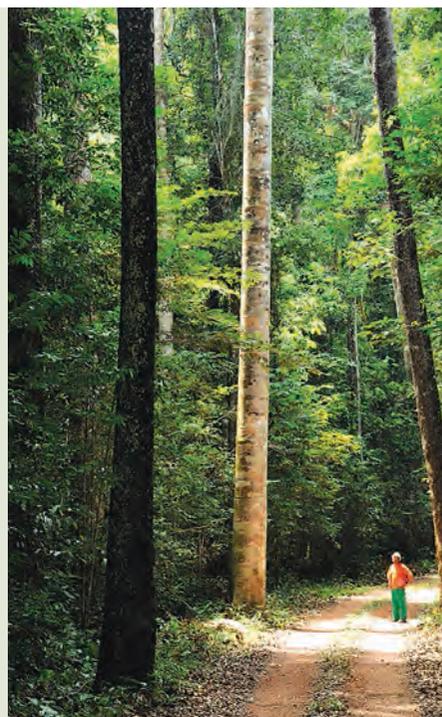
A publicação reúne informações sobre a execução do projeto e também reflexões sobre o trabalho desenvolvido em comunidades tradicionais da Amazônia. Ela é dirigida aos agentes de transformação social que atuam com manejo florestal comunitário como extensionistas, técnicos, estudantes, pesquisadores ou qualquer outro profissional engajado no trabalho de conservação ambiental.

### *Missão*

Promover a adoção de boas práticas de manejo florestal, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

### *Visão*

O desenvolvimento de um setor florestal justo, sustentável e inclusivo na Amazônia brasileira, amparado por uma indústria fortemente baseada na construção de capacidades técnicas e na legalidade, e reconhecedor das comunidades tradicionais como uma importante fonte de conhecimento e de suprimento de produtos oriundos da sociobiodiversidade.





### *Área de atuação*

O IFT atua de forma direta e indireta na execução de projetos, programas ou planos de ações, por meio de recursos físicos, humanos e financeiros, ou por meio de prestação de serviços de apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou a órgãos dos setores públicos que atuem em áreas afins. Na execução de projetos e prestação de serviços, o IFT atua nos estados da Amazônia Legal e no bioma Amazônia, incluindo países como Peru e Bolívia. Eventualmente, o Instituto atende público de estados de outras regiões, essencialmente tomadores de decisão e estudantes universitários de engenharia florestal e áreas afins.

“O desenvolvimento de um setor florestal justo, sustentável e inclusivo na Amazônia brasileira...”

### *Fundo Vale*

O Fundo Vale busca o fortalecimento dos territórios onde atua, promovendo o diálogo e a parceria entre organizações socioambientais, governos e empresas. É uma associação sem fins lucrativos com o título de OSCIP, que tem por missão promover o desenvolvimento sustentável ao induzir, conectar ou multiplicar soluções transformadoras para as sociedades, mercados e meio ambiente.

Criado em 2009 pela Vale, como contribuição da empresa para a busca de soluções globais de sustentabilidade, o Fundo iniciou suas ações pelo bioma Amazônia, apoiando iniciativas que unem a conservação dos recursos naturais à melhoria da qualidade de vida.

Em mais de seis anos de atividades acumulou experiência em sete estados brasileiros (Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amapá e Maranhão), com 43 iniciativas e parcerias com 25 organizações socioambientais reconhecidas por sua atuação em campo e grande experiência.



# O projeto conduzido pelo IFT: apoio ao manejo florestal comunitário para a conservação ambiental e desenvolvimento local

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira foi realizado no período de fevereiro de 2014 a abril de 2016 e contou com a parceria do Fundo Vale.

O Projeto MFCF-UCs teve origem em uma ampla reflexão a respeito do papel do IFT na promoção do manejo florestal comunitário e familiar (MFCF) na Amazônia. Com a demanda crescente de comunidades e de instituições governamentais e não governamentais para receber o apoio do IFT na implementação do MFCF em Unidades de Conservação, Projetos de Assentamentos Rurais e Territórios Quilombolas, foi criado, em 2012, o Programa Florestas Comunitárias, dedicado exclusivamente para implementar cadeias de valor de produtos florestais ao apoiar e assessorar produtores florestais de pequena escala e comunidades nas escolhas produtivas relacionadas ao uso e à conservação de florestas.

Os esforços do IFT para a promoção do manejo florestal comunitário são anterio-

res à criação do programa. Em 1997, o IFT já atuava em comunidades realizando cursos de capacitação e treinamentos para a Exploração de Impacto Reduzido (EIR). Porém, sempre questionando se as ações eram suficientes para dar escala ao manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia.

## *Exploração de Impacto Reduzido (EIR)*

É a alternativa à exploração predatória e convencional. A EIR é executada segundo um planejamento detalhado e uso de técnicas especiais de colheita florestal. É uma parte crucial para a execução correta do que foi previsto no manejo florestal sustentável.





## • Parcerias

O IFT é uma organização que sempre participou, direta ou indiretamente, da promoção de técnicas adequadas para a execução do manejo de florestas tropicais da América do Sul. Entretanto, trabalhar com comunidades exige muito mais do que a discussão técnica e operacional da exploração florestal. O Instituto acredita que o manejo florestal comunitário é, sobretudo, um processo social que influencia a tomada de decisão para a gestão dos recursos naturais, a escolha dos modelos de operações de manejo das florestas e a economia local de um determinado território e grupo social.

O manejo de florestas públicas da Amazônia realizado por povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e agricultores familiares é resultado do envolvimento do governo, organizações não governamentais, instituições de educação e de pesquisa, comunidades, dentre outros atores do cenário local e regional, do segmento florestal e ambiental.

E neste sentido, quando o Programa Florestas Comunitárias foi estruturado, optou-se por parcerias que viabilizassem as diretrizes propostas no programa. Uma frente de trabalho foi a formalização de acordos de cooperação com organizações governamentais, de ensino e pesquisa, e com associações comunitárias.

A partir de 2013 foram firmados acordos de cooperação técnica com seis associações comunitárias que representam moradores de Reserva Extrativista; com a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona); Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia

“...trabalhar com comunidades exige muito mais do que a discussão técnica e operacional da exploração florestal.”

### *Manejo Florestal Comunitário e Familiar*

O manejo florestal, quando realizado de forma individual ou coletiva por povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e agricultores familiares, pode ser chamado de manejo florestal comunitário e familiar. O marco legal para o MFCEF foi a Lei 11.284/2006, de Gestão de Florestas Públicas (LGFP) e, mais recentemente, o Decreto Nº 6.874/2009 que instituiu, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Na visão do IFT, o MFCEF é a união do planejamento, de ações e de técnicas adequadas para o uso econômico da floresta realizado por um grupo familiar ou de moradores de áreas florestais que possuem o direito de uso da floresta (área particular ou concessão de direito real de uso). Nesse arranjo, as pessoas envolvidas assumem o compromisso de cuidar da floresta, buscando benefícios ecológicos, sociais, culturais, econômicos e legais. Isto é possível por meio da conservação do meio ambiente, saúde, educação, trabalho digno e geração de renda.

do Amazonas (IFAM); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA) e um termo de reciprocidade com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Outra etapa relevante foi identificar parceiros que compartilhassem dos mesmos propósitos e acreditassem no trabalho em construção dando o suporte necessário para implementá-lo. O Fundo Vale foi um desses parceiros, que aceitou o desafio de aliar-se a um projeto que tem como foco principal a implementação de modelos de manejo florestal comunitário em Resex.

Surgiu, assim, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira, o objetivo geral do projeto foi:

Desenvolver, aprimorar e disseminar modelos de uso dos recursos florestais e promover ações de incentivo à agricultura familiar, como uma alternativa produtiva legal e sustentável, de forma a gerar benefícios socioeconômicos e ambientais para famílias e comunidades rurais residentes em florestas públicas da Amazônia brasileira.

### *Principais entraves para a ampliação do MFCF na Amazônia*

- Deficiência em ações de assistência técnica e de extensão florestal;
- Limitações técnicas, administrativas e legais para lidar com os diferentes produtos florestais;
- Dificuldades de acesso às linhas de crédito e de financiamento;
- Dificuldade de acesso às tecnologias de beneficiamento de produtos florestais;
- Falta de regulamentações condizentes com a escala de produção;
- Escassez de alternativas de escoamento dos produtos florestais;
- Dificuldades na comercialização dos produtos florestais, devido pouca conexão com o mercado formal e pouco acesso às informações sobre valores de venda praticados;
- Apoio insuficiente de órgãos governamentais nas áreas rurais mais distantes;
- Deficiências educacionais no meio rural.

O projeto buscou mitigar alguns dos **principais entraves para a ampliação do MFCF na Amazônia** ao desenvolver, aprimorar e disseminar modelos de uso dos recursos florestais por famílias e comunidades rurais da região. Na lógica de intervenção do projeto, foram reunidos conhecimentos empíricos e as necessidades das famílias e comunidades rurais com os aprendizados técnicos, operacionais e científicos do IFT aprimorados ao longo de 20 anos de atuação na Amazônia.



## • Objetivos específicos do projeto

O projeto foi elaborado para atender uma lógica de execução baseada em objetivos específicos conectados uns aos outros, e que pudessem culminar no estabelecimento de modelos

de manejo florestal comunitário alicerçados na estrutura social, organizacional, operacional e econômica da atividade florestal. Assim, os objetivos específicos do projeto foram:

1

Desenvolver e aprimorar modelos de manejo florestal de uso múltiplo junto a moradores e órgão gestor (ICMBio) das Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre para o estabelecimento do manejo florestal como atividade produtiva e geradora de benefícios socioeconômicos e ambientais.

2

Promover a formação de competências técnicas para o manejo florestal, com ênfase na produção madeireira.

3

Desenvolver a cadeia de valor dos principais produtos florestais comercializados por comunidades das Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre por meio do aprimoramento de boas práticas de extração desses produtos, conhecimento de mercados e apoio ao estabelecimento de relações de mercados duradouras.

4

Produzir e disseminar boas práticas de manejo florestal desenvolvidas, aprimoradas e reveladas pelo projeto a públicos amplos.

5

Conduzir ações de fortalecimento e de integração da governança local dos municípios de atuação do projeto (Breves, Lábrea e Porto de Moz).



## • Atuação do IFT

O Projeto MFCF-UCs foi elaborado para atender três Reservas Extrativistas dos estados do Pará e do Amazonas.

### Reserva Extrativista Ituxi

Localizada na região sul do estado do Amazonas, no município de Lábrea, a Resex Ituxi foi criada pelo Decreto s/n, de 05 de junho de 2008 e possui área de aproximadamente 700 mil hectares.

A criação desta UC foi motivada pela necessidade de proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades situadas ao longo do rio Ituxi e seus afluentes. São, aproximadamente, 150 famílias (~500 pessoas), distribuídas em 18 comunidades ao longo dos principais rios da Unidade, o Ituxi, Punicici, Siriquiqui e Querequetê.

Os moradores da Resex Ituxi desenvolvem atividades produtivas diversas, como coleta da castanha-do-brasil, extração do óleo de copaíba, manejo madeireiro, manejo do pirarucu e produção de alimentos pela agricultura familiar. A partir das riquezas naturais da região, a população local busca realizar o manejo integrado dos recursos naturais para o desenvolvimento local e sustentável.

O IFT iniciou sua atuação na Resex Ituxi em 2012 promovendo ações de capacitação em manejo florestal para comunidades de UCs de Uso Sustentável nos estados do Pará e Acre, a pedido do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e ICMBio e apoiado pelo Banco Mundial.

Nesta ocasião, houve uma interação com representantes do ICMBio, visitas a comunidades e reuniões com moradores interessados no manejo florestal, principalmente madeireiro. Ficou evidente, nesse primeiro contato, o interesse, motivação e compromisso de todos com a legalização da atividade madeireira e um grande potencial social para o desenvolvimento do manejo florestal sustentável.

Alguns meses depois houve a oportunidade de retornar à Resex Ituxi para participar do “I Encontro de Manejo Florestal Comunitário da Resex Ituxi” promovido pelo ICMBio e associações comunitárias da UC. Em 2013, durante a “Reunião para operacionalização do plano de manejo florestal comunitário da Resex Ituxi”, o IFT assumiu o compromisso com as instituições presentes, principalmente com os representantes comunitários, de oferecer assistência técnica florestal para viabilizar o licenciamento e a execução do manejo florestal comunitário na Resex Ituxi.

A partir do compromisso assumido, teve início a elaboração de um novo Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), realização, com os moradores da Resex, do inventário florestal amostral da área destinada como Unidade de Manejo Florestal (UMF) e capacitação e treinamento dos **manejadores**.

---

“**Manejador** é a forma como os moradores envolvidos no manejo madeireiro querem ser reconhecidos.”



Embora os moradores da Resex Ituxi trabalhem com diferentes produtos florestais, como a madeira, castanha, copaíba, o IFT destinou seus esforços para a regularização da atividade madeireira por ser a principal demanda apresentada.

Para dar continuidade às ações propostas, como o licenciamento do PMFS, e a capacitação e treinamento em técnicas de exploração de impacto reduzido, foi submetido e aprovado o Projeto MFCF-UCs.





## Reserva Extrativista Mapuá

Criada em 2005, foi a primeira UC estabelecida na Ilha de Marajó. Localizada no município de Breves, estado do Pará, possui área aproximada de 94 mil hectares.

Os moradores vivem ao longo dos principais rios: o Mapuá e o Aramã, e em alguns afluentes do rio Mapuá. Estima-se que são 650 famílias (~3250 pessoas) distribuídas em 14 comunidades e localidades.

O extrativismo do açaí é uma das principais atividades voltadas para a segurança alimentar e geração de renda das famílias, junto com a agricultura familiar. A madeira também é um produto em destaque na região e tradicionalmente extraída e serrada dentro da Resex Mapuá. Em função disto, o IFT foi convidado pelo ICMBio para realizar uma visita técnica na UC.

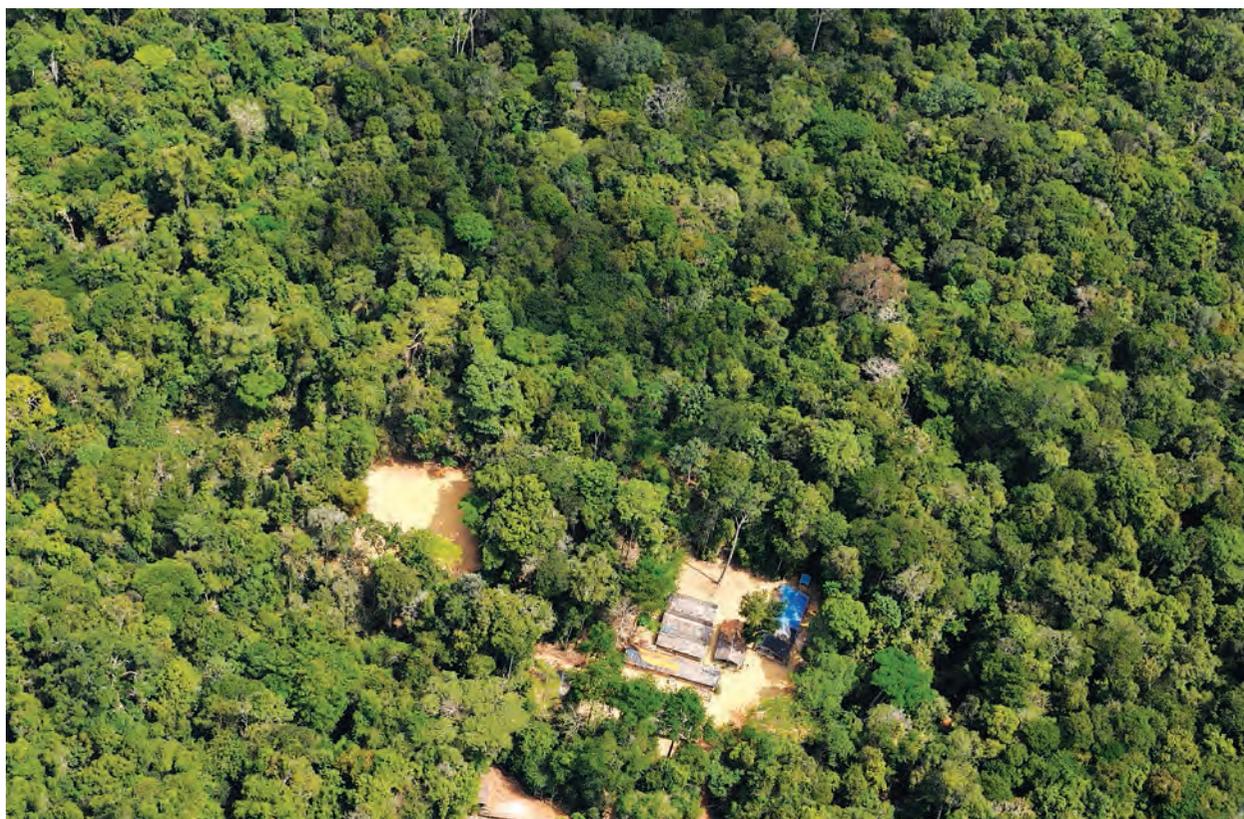
Em 2012, aconteceu a primeira visita à Resex Mapuá no intuito de prospectar o potencial florestal para o manejo madeireiro e identificar grupos interessados e organização social mínima para o desenvolvimento das ações.

Identificou-se forte cultura e tradição extrativista do açaí e da madeira e ocorrência de diversas serrarias de pequeno porte estabelecidas dentro da Reserva. Isto motivou ações que reuniram o ICMBio, moradores e outras organizações interessadas na regularização da atividade madeireira, desde a extração, beneficiamento até a venda da madeira.

No mesmo ano, ocorreram outras atividades envolvendo o IFT, ICMBio e moradores da Resex Mapuá como o intercâmbio sobre manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Verde para Sempre e o Curso de Manejo Florestal para Tomadores de Decisão realizado no Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch do IFT.

Próximo à Resex Mapuá existem outras Resex (Terra Grande-Pracuúba e Arióca-Pruanã) que também demandaram o apoio do IFT para o desenvolvimento do manejo florestal. Com isso, ao apresentar o Projeto MFCF-UCs ao Fundo Vale, vislumbrou-se a perspectiva de que as experiências conduzidas na Resex Mapuá poderiam ter repercussão nas UCs vizinhas e em outras florestas comunitárias da região.





### *Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch - CMFRB*

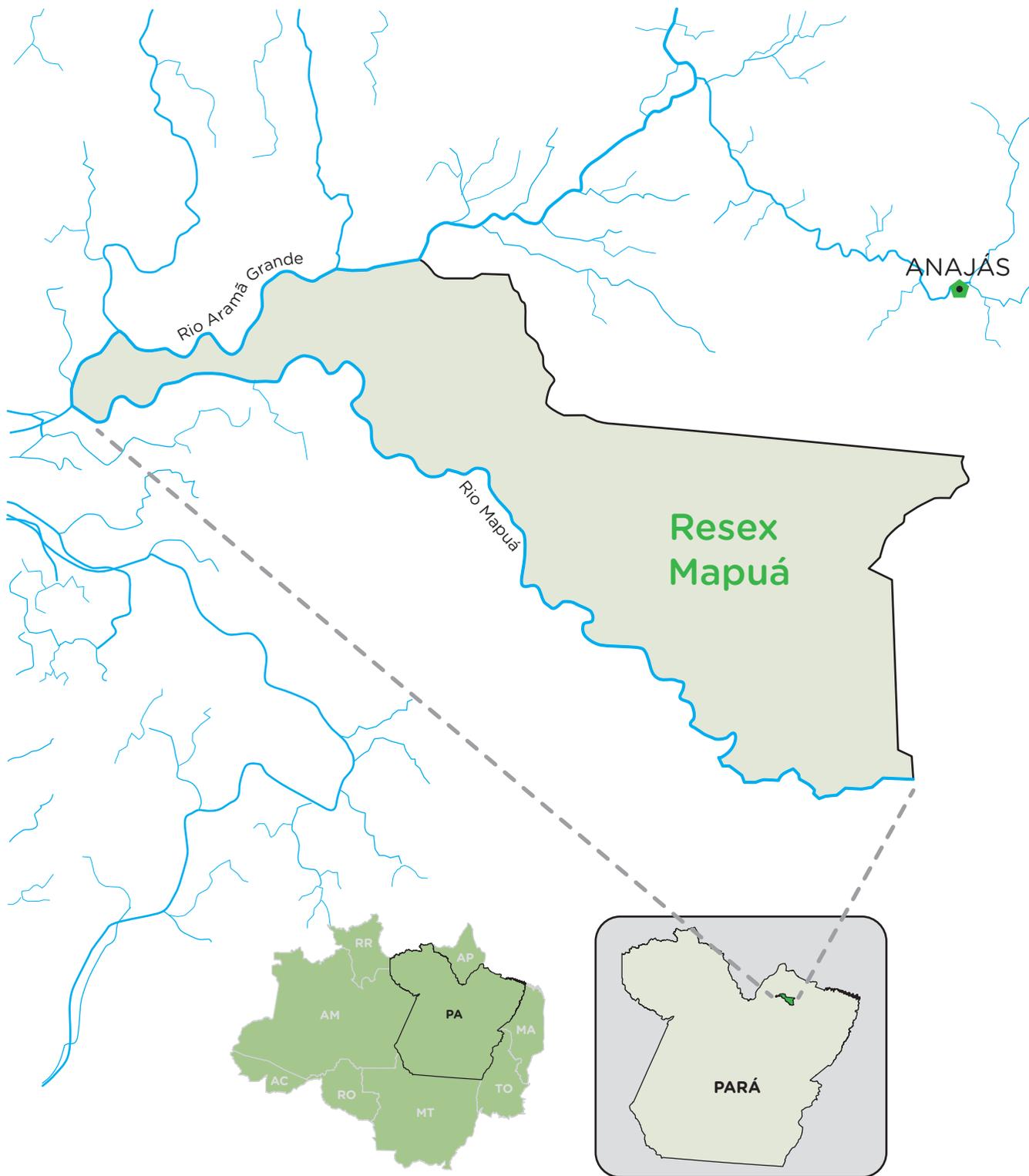
O CMFRB está localizado no município de Paragominas (PA) e conta com um acampamento com estrutura física capaz de comportar mais de 400 participantes de cursos anualmente, incluindo uma área florestal de aproximadamente cinco mil hectares na qual o IFT promove as capacitações e realiza demonstrações de manejo florestal.

O Centro de Manejo Florestal está inserido nas áreas florestais da Cikel Brasil Verde, um empreendimento de grande porte que tem sido um dos principais parceiros do IFT no cumprimento de sua missão.

Para realizar os treinamentos e demonstrações práticas em MF-EIR, o CMFRB está equipado com máquinas e equipamentos mantidos por outros dois de seus parceiros institucionais, a Caterpillar e a Stihl.



# Localização Resex Mapuá





## **Reserva Extrativista Verde para Sempre**

A Resex Verde para Sempre está localizada em Porto de Moz, estado do Pará. Criada em 2004, é uma das maiores UCs em área, com aproximadamente 1,3 milhão de hectares.

Localizada no estuário amazônico, entre os rios Xingu e Amazonas, faz parte da mesorregião do Baixo Amazonas. É uma UC complexa, com mais de 10 mil habitantes e ocorrência de diferentes ecossistemas (várzea, campos, floresta, outros).

A economia local gira em torno de produtos do extrativismo, assim como da agricultura, pecuária e extração madeireira. A Resex Verde para Sempre foi uma das UCs avaliadas durante o estudo conduzido pelo IFT junto ao Banco Mundial e considerada como um caso de grande potencial ao desenvolvimento do manejo florestal comunitário.

Em 2011, o IFT iniciou com cinco associações comunitárias, ICMBio, SFB e Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS) o apoio técnico para promoção e consolidação de cinco experiências de manejo florestal comunitário nas comunidades Paraíso, Itapéua, Por Ti Meu Deus, Ynumbi e Espírito Santo. O grupo de entidades envolvidas foi denominado Grupo de Ação e Reflexão da Floresta (GAR-Floresta).

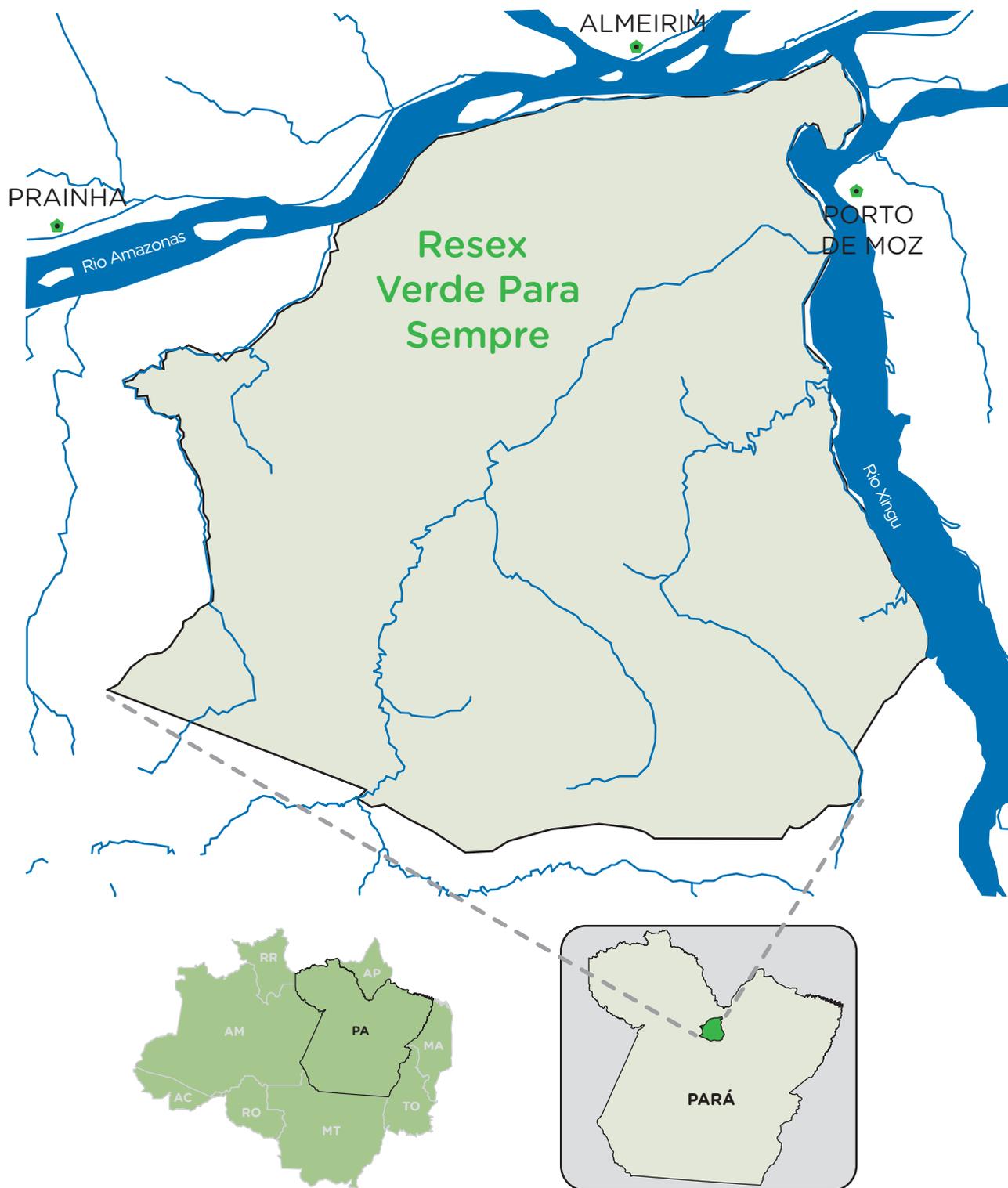
Entre 2012 e 2013, O GAR-Floresta realizou diversas ações de assistência técnica florestal que culminaram na elaboração dos planos de manejo florestal e estudos de viabilidade econômica submetidos ao ICMBio para análise. E, a partir do Projeto MF-CF-UCs, aprovado no início de 2014, o IFT pôde dar continuidade às ações de fomento ao manejo florestal comunitário na Resex Verde para Sempre.

### *Principais ações conduzidas pelo IFT*

- Palestras de sensibilização para o manejo florestal comunitário
- Treinamentos de técnicas especiais pré-exploratórias
- Oficina sobre manutenção de motosserra e segurança do trabalho florestal
- Oficina prática de cubagem de madeira
- Inventários florestais amostrais
- Elaboração das Autorizações Prévias à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável (APAT)
- Curso de Manejo Florestal para Tomadores de Decisão no CMFRB
- Elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável

# Localização

## Resex Verde Para Sempre



## • Estratégia de atuação

A estratégia de atuação nos territórios atendidos pelo projeto consistiu em:

Promover reuniões envolvendo, minimamente, as comunidades e o órgão gestor das UCs, o ICMBio, para discutir o modelo de manejo florestal mais apropriado para a realidade local, mas observando as diretrizes legais. A proposta dos debates considerou a ampla participação dos moradores das Resex, bem como das instituições parceiras.

As reflexões principais das reuniões consideraram o *modus operandi* da exploração madeireira nas Resex, as técnicas e as opções operacionais, tecnológicas e legais existentes, valorizando as tradições locais de uso da madeira e a forma como os comunitários desejaram implantar os modelos de manejo florestal.

A discussão concentrou-se no produto madeireiro por ser uma especialidade do IFT e a principal demanda apresentada pelas comunidades. Todavia, à medida que a parceria se fortalecia e a implantação do manejo madeireiro se consolidava, outros produtos florestais com potencial para manejo e comercialização foram inseridos no projeto e também prospectados.

1.



2.

Realizar cursos de capacitação e treinamentos para a formação de conhecimento técnico e operacional do manejo florestal e exploração de impacto reduzido. A partir dessa frente de trabalho, a proposta foi capacitar os manejadores organizados em grupo para implementar os modelos de manejo florestal comunitário discutidos, desenvolvidos e aprimorados ao longo da execução do projeto.

Os manejadores foram também orientados, acompanhados e assessorados na execução operacional do manejo florestal, por meio de treinamentos exploratórios e ações de acompanhamento para a venda da madeira.



Uma vez estabelecidos os modelos de manejo florestal comunitários nas UCs e os manejadores preparados técnica e operacionalmente para implementá-los, o apoio voltou-se ao fortalecimento das cadeias de valor de produtos florestais desde a extração ou colheita destes produtos, até o beneficiamento e comercialização. Para isto, o IFT também apoiou o fortalecimento organizacional, como a criação de cooperativa comunitária e de grupos de manejadores com identidade definida, bem como missão e valores.

3.



Com todo o conhecimento adquirido ao longo do projeto a partir das discussões e implementação dos modelos, buscou-se manter os diversos públicos informados sobre o andamento do projeto, bem como divulgar amplamente a experiência favorecendo outras iniciativas comunitárias para que pudessem se inspirar para discutir e implementar seus próprios modelos de manejo florestal comunitário.

Foi criada uma plataforma *on-line*, o **Observatório Florestal**, conectado ao site do IFT, para a produção de conhecimento, divulgação e disseminação de textos, áudios e vídeos sobre as boas práticas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia.

4.



5.

No projeto foram envolvidos diferentes atores locais, como as prefeituras municipais, nos processos de estabelecimento e consolidação do manejo florestal comunitário em florestas públicas federais. Foram ainda fortalecidos ou criados grupos interinstitucionais formados para promover o uso sustentável de recursos naturais em comunidades, sobretudo em UCs.

Assim, a estratégia desta frente de trabalho relacionou-se com os demais objetivos específicos do projeto, tornando exequível as atividades alicerçadas na premissa de que as parcerias sustentam ações direcionadas à gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local. O fortalecimento da governança ambiental também foi pensado para preparar organizações locais, como ICMBio e extensionistas, para darem continuidade às ações de assistência técnica e extensão florestal sem a necessidade de presença constante do IFT nos territórios.



## • Por que somente Unidades de Conservação?

O Programa Florestas Comunitárias do IFT atua em todos os estados da Amazônia Legal e em diferentes modalidades de florestas comunitárias, como as UCs, os assentamentos rurais da reforma agrária, os territórios quilombolas e as glebas ainda não destinadas.

O Projeto MFCE-UCs limitou sua atuação às Unidades de Conservação para atender a crescente demanda de assistência técnica florestal apresentada por moradores e gestores públicos de reservas extrativistas.

Novos instrumentos normativos, como a Instrução Normativa n. 16, de 4 de agosto de 2011 do ICMBio, possibilitaram maiores chances de as comunidades legalizarem a atividade madeireira em UCs de Uso Sustentável, diminuindo o período de espera dos trâmites legais de licenciamento da atividade e facilitando o entendimento do passo a passo do processo.

Além da crescente demanda dirigida ao IFT, houve maior receptividade do ICMBio para

dialogar sobre os modelos de manejo florestal comunitário a serem implementados nas UCs, assim como a urgente necessidade de regularizar a atividade que já era praticada tradicionalmente pelos moradores antes mesmo da criação das Unidades.

O esforço concentrado nas reservas extrativistas e com base nas visitas e prospecções realizadas entre 2012 e 2013, levaram à seleção de três Resex. A escolha também se baseou no potencial de disseminação local e regional que tais iniciativas pudessem ter. Seleção que, a partir dos resultados já alcançados, evidencia ter sido correta.

A partir do trabalho realizado nas Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre, automaticamente houve o envolvimento com outras iniciativas comunitárias em UCs, indicando que ações dessa natureza podem gerar bons resultados para o desenvolvimento e aprimoramento do manejo florestal comunitário na Amazônia.

## • Cooperação para o manejo florestal comunitário

O IFT acredita na ação coletiva para o estabelecimento do manejo florestal como prática sustentável e promotora de desenvolvimento em comunidades da Amazônia. Não há pretensão de creditar ao IFT as mudanças que já vêm acontecendo no cenário florestal comunitário na região amazônica. As parcerias são imprescindíveis. Toda e qualquer organização, seja governamental, não governamental ou comunitária, tem papel ímpar nas discussões e implementação do

manejo florestal. Reconhece-se, também, as limitações da Instituição e, por isso, busca-se nas parcerias o apoio e sinergia para a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local. Por isso que, ao escolher as três Reservas Extrativistas (Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre), também foram consideradas a presença e ações de organizações parceiras.

Na Resex Ituxi o cenário encontrado foi animador. O ICMBio buscando as parcerias e um

grupo de organizações interessadas em apoiar, pois acreditavam, assim como o IFT, no potencial dos moradores e do próprio grupo. Na Resex Mapuá, o IFT ajudou a criar e a consolidar um grupo de organizações que já atuava na região e que, juntas, deram mais visibilidade ao manejo florestal comunitário em UCs da região do Marajó. Na Resex Verde para Sempre destaque à composição do GAR-Floresta, um grupo importante em um cenário complexo e desafiador para se trabalhar o manejo florestal comunitário.

Uma das principais metas do projeto foi contar com parceiros com forte atuação local nas regiões do Projeto MFCF-UCs e assim fortalecer os laços com as comunidades e organiza-

ções locais, de forma que as atividades fossem desenvolvidas da melhor forma possível. Outra preocupação foi evitar sobreposições de ações e direcionar os recursos financeiros para atividades que envolvessem os parceiros, tornando os resultados esperados mais efetivos e buscando fortalecer a ação de entidades locais que também promovem assistência técnica florestal.

Com esta estratégia de parcerias, vislumbra-se que, após a saída do IFT dos territórios de atuação do Projeto MFCF-UCs, seja possível a continuidade das ações de assistência técnica e extensão para o manejo florestal comunitário pelas instituições parceiras, como o ICMBio e a EMATER-PA.



# ATIVIDADES REALIZADAS: fazendo, aprendendo e inovando



O manejo florestal comunitário é, sobretudo, um processo social que influencia a tomada de decisão para a gestão coletiva dos recursos naturais, a escolha dos modelos operacionais de manejo das florestas e a economia local de um determinado território e grupo social. Por este motivo, o primeiro passo ao iniciar o Projeto MFCF-UCs foi compreender as dinâmicas locais.

A presença prévia do IFT nas Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre facilitou os contatos com alguns representantes comunitários e de instituições locais e regionais, como o ICMBio.

A rotatividade de gestores públicos das UCs foi um dos principais desafios enfrentados no início do projeto, principalmente nas Resex Mapuá e Verde para Sempre, daí a necessidade de envolver instâncias superiores do órgão gestor dessas UCs, como as coordenações regionais do ICMBio e a Coordenação de Produção e Uso Sustentável (COPROD/ICMBio). Aliando, assim, duas frentes de trabalho do projeto:



Desenvolver e aprimorar modelos de manejo florestal de uso múltiplo junto a moradores e órgão gestor (ICMBio) das Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre para o estabelecimento do manejo florestal como atividade produtiva e geradora de benefícios socioeconômicos e ambientais.



Conduzir ações de fortalecimento e de integração da governança local dos municípios de atuação do projeto (Breves, Lábrea e Porto de Moz).

Nos primeiros seis meses de execução do Projeto MFCF-UCs foi privilegiado o diálogo com lideranças comunitárias, gestores do ICMBio e representantes de

instituições que já estavam presentes, de alguma forma, nas três reservas extrativistas.

O início do projeto foi marcado pela fase de reconhecimento dos territórios, mapeamento de atores-chave, apresentação do projeto e construção de uma agenda integrada envolvendo lideranças comunitárias, gestores do ICMBio e instituições parceiras com atuação nas UCs. Essa etapa inicial do projeto foi essencial para visualizar as oportunidades do trabalho em parceria.

Um exemplo foi a criação de um grupo de trabalho interinstitucional voltado para a promoção do manejo florestal nas reservas extrativistas do Marajó, denominado **Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó**.



“O manejo florestal comunitário é, sobretudo, um processo social que influencia a tomada de decisão para a gestão coletiva dos recursos naturais.”





## *Governança ambiental: a formação do Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó.*

Quando escrevemos o Projeto MFCF-UCs tínhamos em mente as demandas apresentadas pelo ICMBio e moradores da Resex Mapuá e nos propusemos apoiar a iniciativa de regularização da atividade madeireira nesta UC. Além dela, também estava em nosso radar as demandas das Resex Arióca-Pruanã e Terra Grande-Pracuúba.

Passado o período de negociação e aprovação do projeto, nos deparamos com mudanças expressivas na gestão da Resex Mapuá. A então gestora havia mudado para outro estado e ocorreu o enfraquecimento da relação entre ICMBio e moradores. Com isso, o cenário de diálogo entre IFT e moradores, antes intermediado pelo ICMBio, ficou mais distante e difícil.

Naquele momento, a maior dificuldade era restabelecer o diálogo e resgatar os trabalhos realizados em 2012 e 2013, para então nos apresentarmos formalmente, com o projeto aprovado e recursos em mãos, aos moradores e ICMBio.

Encontramos a solução dialogando constantemente com a Coordenação Regional do ICMBio (CR4) e com gestores da Resex Arióca-Pruanã e Terra Grande-Pracuúba. Esclarecemos a situação e estudamos as possibilidades. O IFT não teria recursos suficientes para atender as três Resex e o ICMBio também tinha limitações orçamentárias.

Encontramos na dificuldade um caminho: criamos um grupo de trabalho formado, naquele momento, pelo IFT e CR4 e gestores da Resex Arióca-Pruanã e Terra Grande-Pracuúba.

A primeira ação do grupo foi buscar meios para compreender o processo de licenciamento de serrarias em Reservas Extrativistas, uma vez que as três (Mapuá, Arióca-Pruanã e Terra Grande-Pracuúba) tinham o mesmo perfil: existência de serrarias sem licença de operação no interior e área de entorno. Para isso foi realizado um encontro de nivelamento técnico entre instituições governamentais e não governamentais para discutir e esclarecer os processos de licenciamento e execução do manejo florestal em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

O encontro teve por objetivo reunir representantes dos órgãos de licenciamento e fiscalização de manejo florestal, além de representantes da sociedade civil organizada, para que, juntos, pudessem compreender o funcionamento da Instrução Normativa nº 16, de 04 de agosto de 2011, que regula, no âmbito do ICMBio, as diretrizes e os procedimentos para o licenciamento do manejo florestal em Resex, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional. E, com isso, esclarecer o papel das instituições no processo de implementação do manejo florestal comunitário em UCs de Uso Sustentável do Marajó.

Um dos resultados deste encontro foi a ampliação do **Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó** (GT MFC do Marajó) incluindo novos parceiros: a EMATER-PA; o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Instituto Fede-

ral de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). O grupo conta, ainda, com o apoio da Prefeitura Municipal de Breves.

Com a ampliação do GT, uma nova agenda integrada foi discutida e elaborada para atender as demandas na área de manejo florestal das Resex Mapuá, Arióca-Pruanã e Terra Grande-Pracuúba.

Em novembro de 2014, o grupo realizou o Seminário sobre Manejo Florestal Comunitário nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Marajó que contou com mais de 200

### *Sobre o GT MFC do Marajó*

**Objetivo geral:** Fomentar o desenvolvimento do manejo florestal realizado por populações tradicionais do Marajó que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável

**Objetivos específicos:**

- Oferecer assistência técnica florestal
- Implementar o manejo florestal de uso múltiplo da floresta
- Fortalecer as cadeias de valor de produtos florestais

**Atividades realizadas:**

- Encontro de Nivelamento sobre MFC nas UCs do Marajó;



pessoas. Destes, 150 eram moradores de comunidades localizadas em UCs e 50 representantes de instituições governamentais (órgãos federais, secretarias municipais, dentre outros) e não governamentais.

Durante o evento, as comunidades participaram diretamente do planejamento das ações do GT e foi possível elaborar o Plano de Ação para regularização da atividade florestal nas Resex Arióca-Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba.



- Mapeamento de serrarias
- Seminário sobre Manejo Florestal Comunitário nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Marajó
- Capacitação dos conselheiros comunitários, sensibilização para o manejo florestal comunitário e levantamentos sobre as organizações comunitárias
- Caravana de Sensibilização para o Manejo Florestal Comunitário
- Pacto entre GT e moradoras das UCS para que, juntos, regularizem a atividade madeireira (extração e beneficiamento)
- Curso de manejo florestal para tomadores de decisão no CMFRB
- Mapeamento participativo na Resex Mapuá
- Proposição de modelo de manejo florestal comunitário e familiar para extração da madeira na Resex Mapuá.



## • O sistema de gestão por indicadores

No primeiro ano de execução do projeto foi construído um sistema de gestão por indicadores. A primeira etapa do processo de construção do sistema compreendeu a revisão dos resultados esperados para cada um dos objetivos pré-estabelecidos. Conceitualmente, partiu-se da noção de que resultados esperados seriam “transformações, mudanças de condição ou elevação de estágios na realidade influenciada por ações do projeto”. Foram estabelecidos os resultados esperados para todos os objetivos do projeto.

A etapa seguinte consistiu em atribuir um marco zero (condição inicial) e cenários (pessimista, moderado e otimista) para cada resultado esperado. O objetivo deste trabalho foi entender quais os progressos reais que poderiam ocorrer durante a implementação do projeto, dando subsídios para a interpretação de comportamento dos indicadores. Nesta etapa também foram mapeadas as atividades do projeto que eram tangentes a cada resultado esperado.

A partir da plataforma de informações - constituída por objetivos, resultados, cenários e atividades tangentes -, foram propostos indicadores e meios de verificação. Para cada indicador

foi construída uma planilha base, que agrega as seguintes informações:

- Nome e número do indicador, visando sua identificação no sistema;
- Marco zero: descrição da condição inicial do indicador no início do projeto, em fevereiro de 2014;
- Verificação: campo destinado para pontuação do indicador em cada período de verificação. O campo de verificações está sistematizado para gerar representações gráficas sobre o comportamento do indicador;
- Comportamento do indicador: análise descritiva do comportamento do indicador de acordo com as verificações;
- Descrição de atividades: descrição de atividades correlatas ao comportamento do indicador realizadas no período de verificação, com análise de custos humanos e financeiros, além do tempo empregado na realização da atividade;
- Avaliação: campo destinado à avaliação crítica do indicador no período de verificação, de acordo com as informações supracitadas.



## • Construindo e aprimorando os modelos de manejo florestal comunitário

Para que o manejo florestal comunitário aconteça, é preciso discutir diferentes aspectos da atividade, como sociais, institucionais, econômicos, operacionais, ambientais, ecológicos e de gestão comunitária. Discutir apenas um ou alguns desses aspectos é insuficiente para estabelecer modelos de longo prazo.

Obviamente que os próprios modelos se aprimoram com o tempo e, geralmente, esse tempo é de cinco a dez anos. A prática, recomenda, contudo, que todos os aspectos do manejo florestal comunitário devam ser discutidos e trabalhados concomitantes. E as instituições, sejam governamentais ou não, geralmente, não possuem todas as habilidades e conhecimentos necessários para trabalhar todas essas frentes.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido em parceria é fundamental para a ampliação das possibilidades de estabelecimento do manejo florestal comunitário na Amazônia. A busca pelo envolvimento de instituições parceiras foi uma das principais frentes de trabalho do Projeto MFCF-UCs. O fortalecimento da governança ambiental ocorreu conjuntamente às reuniões com as comunidades.

As ações envolveram reuniões com ampla participação dos moradores das Resex, e o corpo técnico do ICMBio, como os chefes gestores, representantes das coordenações regionais e da COPROD, além de parceiros governamentais e não governamentais, como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Susten-

tável do Amazonas (IDAM), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), SFB, EMATER-PA, IEB, IFPA, dentre outros.

Nas reuniões foram expostas informações sobre manejo florestal, exploração de impacto reduzido e legislação ambiental e os moradores das Resex apresentaram as formas locais de extração da madeira e de outros produtos florestais. Foram realizados mapeamentos participativos para a compreensão das dinâmicas sociais e produtivas para extração e comercialização dos produtos florestais. A partir destas ações, foi possível discutir e documentar, de forma participativa, os modelos de manejo florestal comunitário nas Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre.

Os modelos de manejo florestal de uso múltiplo foram documentos por meio de planos de manejo florestal sustentável, os quais foram apresentados ao ICMBio.





### *Modelos de manejo florestal comunitário*

Por modelos entende-se arranjos sociais como a forma de organização dos manejadores; operacionais, tais como as técnicas e tecnologias utilizadas para extração dos produtos florestais; institucionais como as organizações jurídicas envolvidas e as parcerias firmadas; econômicas envolvendo as formas de divisão dos recursos financeiros resultado da comercialização dos produtos e; ambientais, como aqueles cuidados relacionados à conservação da floresta.

O IFT conduziu processos participativos com comunidades, governo, escolas técnicas, empresas de extensão rural e florestal e organizações da sociedade civil para, juntos, discutirem os arranjos mencionados e definirem o modelo mais adequado para cada realidade. Ao final do Projeto MFCF-UCs, cada UC possui modelo próprio de manejo florestal comunitário e familiar.

Após as discussões sobre os modelos e a forma como o manejo florestal seria implementado, considerando os produtos e todo levantamento do potencial realizado por meio de inventários florestais amostrais, a etapa seguinte foi a execução de atividades práticas, envolvendo cursos e treinamentos para formar competências técnicas para o manejo florestal comunitário.

As capacitações envolveram as atividades pré-exploratórias do manejo florestal, como in-

ventário florestal 100% e identificação botânica, mas também aspectos gerenciais, como treinamentos para prestação de contas e emissão de documentos obrigatórios para o transporte e venda da madeira, como o Documento de Origem Florestal (DOF).

Ao longo do processo de preparação dos territórios para o manejo florestal comunitário foram diagnosticadas algumas dificuldades, tais como:

### *Mais um exemplo do trabalho em parceria*

O curso sobre emissão do documento de origem florestal foi uma iniciativa entre parceiros, envolvendo o IFT, ICMBio e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT). Realizado em Manaus, contou com a participação do ICMBio, IFT e moradores da Resex Ituxi que, juntos, foram treinados pelo IBAMA para acessar o sistema que gera o documento de origem florestal, obrigatório para o transporte da madeira.



- Pouca experiência do próprio IFT em trabalhar questões sociais no manejo florestal comunitário;
- A falta de organização dos moradores para o trabalho coletivo;
- O costume dos moradores em trabalhar individualmente, o que ocasionou pouca aderência às atividades propostas, sobrecarregando algumas lideranças comunitárias e o chefe gestor do ICMBio.

Para minimizar a situação foi contratada uma consultoria especializada em organização social comunitária e ações relacionadas ao fortalecimento da organização social foram desenvolvidas, por meio do planejamento estratégico-organizacional do grupo de manejadores envolvido com o manejo florestal.

O planejamento estratégico-organizacional, intitulado Marco Estratégico, trabalhou noções de coletivismo, princípios e diretrizes organizacionais a partir da visão das comunidades

em relação aos objetivos finalísticos do desenvolvimento do manejo florestal comunitário. A ferramenta também despertou reflexões entre os manejadores sobre os modos de produção sustentável pelo qual lutam para ser implantado, além de proporcionar interessantes diálogos que nortearam as decisões tomadas e apontaram estratégias de articulação que mais tarde se tornariam normas de convivência e regras de uso dos recursos florestais e distribuição da renda oriunda do manejo florestal comunitário.

Assim, os anseios do coletivo, a missão, os valores, a história e a visão de futuro em relação ao manejo florestal, estão refletidos no planejamento estratégico-organizacional.

Nesse processo de reflexão, manejadores também receberam apoio na elaboração de identidade visual para representar a atividade econômica que eles desenvolvem e tudo isso foi traduzido em folder institucional dos grupos de manejadores.



## Visão de Futuro

Em 2025, o Empreendimento Angelim estará sendo plenamente gerenciado por meio da união dos moradores do Rio Ituxi, formando recursos humanos locais para suprir todas as necessidades do manejo florestal. O empreendimento promoverá a extração e beneficiamento da madeira e seus resíduos, a dinamização de outras cadeias produtivas florestais, além de apoiar o desenvolvimento social das comunidades locais, oferecendo apoio e contrapartidas para parceiros governamentais e não-governamentais na implementação de atividades para melhorar a qualidade de vida da população da Resex Ituxi. O Empreendimento Angelim será referência na exploração madeireira em escala comunitária na Amazônia, e suas experiências serão visitadas e disseminadas dentro e fora de nossa região.

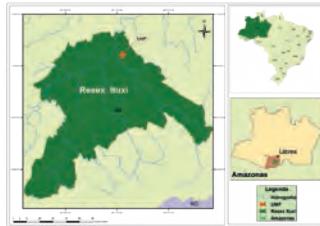
## Público-Alvo

- Comunidades e Manejadores da Resex Ituxi;
- Marceneiros, Moveleiros, Estaleiros, Serrarias e outros agentes de mercado da madeira;
- Instituições parceiras do Empreendimento Angelim;
- Instituições públicas de meio ambiente e desenvolvimento florestal;
- Movimentos sociais e moradores de outras reservas extrativistas;
- Bancos e operadores de crédito;
- Instituições de pesquisa;
- Juventude e estudantes da região do Rio Ituxi;
- Secretarias de educação e saúde;
- Comerciantes locais;
- Turistas.

## Como chegar?

O acesso principal à Reserva Extrativista Ituxi é feito via fluvial pelos rios Purus e Ituxi. A partir da sede municipal de Lábrea (AM), percorrem-se, aproximadamente, 15 km no rio Purus, no sentido jusante, até encontrar o Rio Ituxi, afluente do rio Purus. O acesso ao Rio Ituxi é feito na margem esquerda do rio Purus (sentido jusante), por onde são percorrido mais 175 km até o início dos limites da Resex Ituxi.

### Mapa de Localização



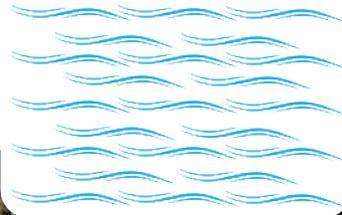
### Realização

Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)  
 apadrit.rioituxi@hotmail.com

## EMPREENDIMENTO ANGELIM



Manejo Florestal Comunitário e Familiar  
 Resex Ituxi - Lábrea - AM



## História

O Empreendimento Angelim é um projeto comunitário de uso comercial da floresta pautado na sustentabilidade ambiental, econômica e social, fruto dos esforços incansáveis de quem vive de e para a floresta: as populações tradicionais.

Formado por comunitários que moram na Reserva Extrativista (Resex) Ituxi, no município de Lábrea, região sul do Amazonas, o empreendimento dá os primeiros passos para a exploração da madeira licenciada. Com a união dos comunitários e apoio de instituições parceiras, uma área da Resex foi inventariada e destinada para uso coletivo. O Plano de Manejo Florestal Sustentável foi aprovado e a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT) possui a autorização de exploração florestal.

Nesta região, o conhecimento sobre o potencial madeireiro é tradicional e transmitido de pai para filho há décadas e a luta por regulamentação do manejo florestal comunitário data do início dos anos de 1990. Neste período foram instalados no Rio Ituxi alguns planos de manejo florestal empresariais, enquanto nas comunidades a exploração madeireira ocorria na informalidade. Em 1996, com a criação da APADRIT, iniciou oficialmente a luta pela legalização da atividade madeireira e as primeiras investidas para criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

A Reserva Extrativista Ituxi foi criada em 2008. Gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Unidade abriga cerca de 150 famílias, distribuídas em 18 comunidades, totalizando aproximadamente 500 pessoas.

Atualmente, além da madeira, os moradores da Resex Ituxi desenvolvem atividades produtivas diversas, como coleta e venda da castanha-do-Brasil, extração e venda do óleo-resina de copaíba, pesca e venda do pirarucu e produção de alimentos a partir da agricultura familiar. A partir das riquezas naturais da região, a população local busca realizar o manejo integrado dos recursos naturais para o desenvolvimento local sustentável.



## Missão

Implementar o manejo florestal comunitário como atividade econômica sustentável, legalizada, transformadora e indutora de progresso social para as comunidades da Reserva Extrativista Ituxi, complementando a renda familiar, aumentando a qualidade de vida, além de garantir a soberania sobre o território e perpetuar as tradições.



## Valores

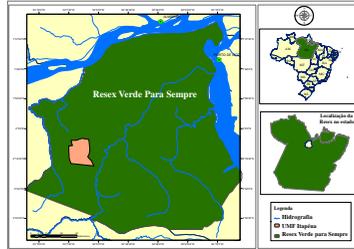
- **União e Espírito de Equipe:** a força do nosso trabalho é coletiva;
- **Garra, Disposição e Perseverança:** trabalharemos com vontade, disposição e muita fé em nossas conquistas;
- **Transparência, Honestidade e Comunicação:** respeitaremos o direito de nossos colaboradores à informação;
- **Oportunidade e Dignidade:** o Empreendimento Angelim estará de portas abertas para os moradores das comunidades da Resex Ituxi trabalharem dignamente;
- **Compromisso, Responsabilidade e Organização:** estaremos mobilizados para cumprir com nossas tarefas.



## Público-alvo

- Comunidade Itapéua
- Comunidades vizinhas
- Associados
- Manejadores
- ICMBio
- IBAMA
- Juventude da comunidade
- Instituições parceiras (ONGs)
- Prefeitura municipal de Porto de Moz
- Conselho Deliberativo da Resex Verde para Sempre
- Outras Reservas Extrativistas
- Bancos e instituições de financiamento
- Moveleiros
- Estaleiro
- Marceneiros
- Serrarias

## Localização



A Resex Verde para Sempre está localizada em Porto de Moz (Pará), no estuário amazônico, entre os rios Xingu e Amazonas. Os municípios mais próximos para chegar em Porto de Moz são Vitória do Xingu, Senador José Porfino e Almeirim. O único acesso é por água, navegando pelos rios Xingu ou Amazonas e afluentes. Para chegar na região do médio Jaurucu e na comunidade Itapéua, é preciso navegar pelo rio Xingu, depois adentrar no rio Jaurucu (margem direita do rio Xingu) e percorrer 160 km. O percurso leva, em média, 4 horas de voadeira (motor 90Hp). O acesso à Unidade de Manejo Florestal (UMF) é feito por estrada, percorrendo 9 km da sede da comunidade Itapéua até o início da área destinada ao manejo florestal comunitário.

### Realização

Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Itapéua

E-mail: [associacao.itapeua@gmail.com](mailto:associacao.itapeua@gmail.com)  
Telefone: (93) 4400-7821 / 4400-7820

Comunidade Itapéua  
Reserva Extrativista Verde Para Sempre  
Porto de Moz - Pará



## Histórico

A comunidade Itapéua está localizada na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre, em Porto de Moz, no Pará. A Resex é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, ou seja, a conservação da natureza é conciliada com o uso sustentável dos recursos naturais. Com mais de um milhão de hectares de área protegida, a Resex faz parte do bioma Amazônia.

Nesta Resex vivem aproximadamente 2600 famílias distribuídas em 58 comunidades e 31 localidades. Os moradores desenvolvem atividades de pesca, extrativismo e agricultura familiar. Outra prática produtiva que ocorre na Reserva é a criação de búfalos: são mais de 30 mil cabeças, que sustentam a produção de queijo e leite.

O manejo florestal comunitário é uma das atividades econômicas da Resex Verde para Sempre e o Projeto Jutai é uma iniciativa dos moradores da comunidade Itapéua, localizada no rio Jaurucu. A finalidade do Projeto Jutai é reunir esforços para utilizar os recursos florestais de maneira consciente para a sustentabilidade ambiental, econômica e social. O Projeto nasceu dos esforços da Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Itapéua e conta com o apoio de vários parceiros. Na comunidade Itapéua, o uso dos recursos florestais é realizado por populações tradicionais há gerações, os moradores recordam da prática de exploração madeireira em pequena escala desde a década de 1970.

Com empenho e compromisso os manejadores e as manejadoras da comunidade Itapéua se organizaram para garantir o direito de uso dos recursos naturais da Resex Verde para Sempre e usufruir dos recursos disponíveis para garantir a própria existência.

## Missão

Realizar o manejo florestal comunitário legalizado, agregar valor à produção florestal, contribuir com a conservação de nossa floresta e dar continuidade às nossas tradições.



## Visão de futuro

No futuro, o Projeto Jutai de manejo florestal comunitário será gerenciado pelos próprios manejadores. O Projeto vai possibilitar a construção do posto de saúde e escola de ensino fundamental e médio. A comunidade Itapéua terá uma boa infraestrutura, além de transporte adequado para as pessoas e para o escoamento da produção agroflorestal. A associação estará fortalecida e a produção agrícola será diversificada. O faremos o manejo florestal de diversos produtos como: madeira, açaí e outros produtos florestais não madeireiros.

## Valores

**Responsabilidade:** cada manejador é responsável pela função e tarefa que lhe é atribuído

**Participação:** cada manejador pode colaborar e dar sua opinião nas discussões e tarefas de campo e toda decisão será baseada respeitando a opinião de todos

**União:** a união rompe todos os obstáculos, todos desejam a mesma coisa e lutam por ela

**Respeito:** cada manejador tem seu valor, e ninguém é maior que o outro. O respeito começa em cada um de nós e o trabalho do companheiro deve ser valorizado. É preciso ouvir e respeitar a opinião de todos, concordando ou discordando, mas chegando ao acordo comum.

**Igualdade:** Todos têm direito às mesmas condições para melhorar a qualidade de vida e buscaremos a igualdade de gênero, todos podem trabalhar, homem e mulher.

**Transparência e honestidade:** as informações serão compartilhadas com todos, manejadores e parceiros, e seremos honestos para receber e pagar por aquilo que realmente trabalhamos.

**Dignidade:** trabalharemos na legalidade, sendo respeitados, com honestidade e sinceridade.

**Fé, perseverança e paciência:** acreditamos naquilo que não vemos, mas temos a convicção de que pode acontecer. E vamos insistir em nossos propósitos até atingir nossos objetivos lutando e acreditando, com paciência e muita fé.



No mesmo período em que os manejadores participavam das ações de fortalecimento da organização social e capacitações técnicas em atividades de manejo florestal, avançavam as ações relacionadas ao estabelecimento da cadeia produtiva sustentável da madeira nos territórios de atuação do projeto.

O IFT acredita que para estabelecer o manejo florestal comunitário como uma atividade geradora de trabalho e renda, é preciso investir na gestão comunitária para o uso e comercialização de produtos florestais. Nesse sentido, foram definidos, com os parceiros e as comunidades, quais seriam os instrumentos legais para a venda da madeira e de outros produtos frutos do trabalho coletivo.

Em alguns casos, ficou evidente a dificuldade de comercialização dos produtos pela associação comunitária surgindo, assim, a necessidade de constituir uma representação econômica coletiva para atender as atividades de comercialização.

Esta ação permitiu demonstrar as diferenças entre associativismo e cooperativismo e apoiar a criação de uma cooperativa que comercialize os produtos florestais e agrícolas para diferentes mercados, incluindo os institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este trabalho foi abordado por meio de consultoria especializada em gestão de organizações do terceiro setor e foram discutidos aspectos para o estabelecimento de relações de mercados duradouras.

O IFT, ao documentar os modelos de manejo florestal comunitário no formato de PMFS, e estes aprovados, também foi incentivado a

elaborar os Planos Operacionais Anuais (POA) que, uma vez aprovados, permitiram a execução das atividades exploratórias do manejo florestal.

Com dois anos de projeto foi possível implementar (executar a exploração madeireira) um modelo de manejo madeireiro em reserva extrativista. Para isto, o IFT realizou treinamentos específicos e acompanhou, com assistência técnica florestal, as atividades de campo. Alguns dos parceiros foram envolvidos no processo, como o IFAM, que disponibilizou alunos do curso técnico florestal para participar das atividades de campo. A estratégia foi pensada para envolver alunos do curso técnico de florestas nas atividades de campo, de forma que eles pudessem apoiar os manejadores com conhecimento técnico, enquanto vivenciavam suas experiências práticas em caso reais em manejo florestal.

Ao longo do período de execução do projeto surgiu, ainda, o desafio de apoiar as comunidades na estruturação das cadeias produtivas florestais. O papel do IFT e de outros parceiros era o de oferecer assistência técnica, mas não era suficiente para colocar o modelo em prática. Aportar recursos financeiros para a compra de materiais, equipamentos e insumos para a exploração florestal passou a ser um dos principais impedimentos de continuidade. Uma das alternativas pensadas foi inspirada no caso da Coomflona, que fazia os leilões de venda da madeira antes de iniciar a safra florestal e fechava contratos de compra e venda com a antecipação de uma porcentagem do valor a ser pago pela madeira.

A primeira experiência, o pregão público presencial em Lábrea, não funcionou e os mo-



tivos serão refletidos mais a frente. A segunda tentativa foi a venda direta e outras formas de financiamento da atividade. Nesse período, foi lançada a Seleção Pública nº 2014/020 – ECOFORTE Extrativismo pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A pedido do ICMBio e manejadores, o IFT escreveu o plano de trabalho e a APADRIT foi contemplada com 450 mil reais para a compra de equipamentos de proteção individual, trator agrícola, embarcação, equipamentos eletrônicos e insumos para o beneficiamento da madeira.

O IFT também doou alguns equipamentos de proteção individual, como capacetes e perneiras, e materiais para a execução do manejo florestal, como bússolas, trenas e GPS. A doação teve como objetivo proporcionar às comunidades equipamentos de qualidade e adequados para a implementação do manejo florestal, além de buscar segurança e saúde no trabalho.



A execução do Projeto MFCF-UCs foi documentada de diferentes maneiras para produzir e disseminar boas práticas de manejo florestal desenvolvidas, aprimoradas e reveladas pelo projeto a públicos diversos. Um jornalista foi contratado e dedicou parte de seu tempo em ações de campo. O envolvimento direto do profissional com as ações do projeto foi fundamental para dar voz às pessoas envolvidas, principalmente, os manejadores. Foram produzidas diversas matérias baseadas nas experiências vivenciadas em campo e nas falas das pessoas, tornando a disseminação das práticas algo mais concreto de visualizar e perceber.

O IFT criou uma plataforma *online* exclusivamente dedicada ao manejo florestal comunitário na Amazônia, o **Observatório Florestal**. Com isto, buscou-se disseminar as ações e resultados permitindo que outras iniciativas comunitárias possam se inspirar para dar escala às atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas e comunitárias.



# Principais resultados: aprendendo e aprimorando o manejo florestal comunitário na AMAZÔNIA

O Projeto MFCE-UCs foi executado no período de fevereiro de 2014 a abril de 2016 pelo IFT, com o apoio do Fundo Vale e de diversos parceiros arregimentados ao longo das ações realizadas.

O projeto foi desenvolvido em três reservas extrativistas da Amazônia com grande potencial para o manejo madeireiro e de outros produtos da floresta. Além disso, também possuem potencial para replicação dos modelos de manejo florestal em outras florestas comunitárias desde que observadas as características sociais e ambientais locais. Tal premissa permitiu a ampliação de ações para outras UCs, como no Marajó, em que o projeto contemplou ações em UCs localizadas no mesmo território da reserva extrativista abrangida no escopo do mesmo.

Importante ressaltar a participação, em determinadas fases ou integralmente, de diferentes setores relacionados ao manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia brasileira como os moradores das reservas extrativistas; as

associações e cooperativas comunitárias; órgãos federais como o ICMBio e o SFB; instituições de ensino como o IFAM e o IFPA; instituições de assistência técnica como a EMATER e o IDAM; organizações não governamentais como o IEB, a Conservação Estratégica (CSF) e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), além de consultores de diferentes áreas, com destaque para identificação botânica, gestão de organizações do terceiro setor e organização social comunitária.

No primeiro ano do projeto foi realizado, em parceria com outras instituições, dois seminários regionais, em Lábrea e Breves, que discutiram manejo florestal comunitário no sul do Amazonas e no Marajó, respectivamente, e colocaram em evidência a frente de trabalho das comunidades e organizações para promover e consolidar a atividade nas UCs. Os seminários foram importantes para nivelar as discussões e perspectivas de atuação do IFT e demais instituições envolvidas na promoção do manejo florestal nas UCs.



### *O seminário sobre manejo florestal comunitário e de pequena escala em Lábrea*

O seminário foi realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2014, em Lábrea (AM), por iniciativa do Grupo de Trabalho da Madeira (GT da Madeira) e organizado pelo IFT, ICMBio, IEB, IDAM, IFAM, APADRIT, Associação dos Produtores Agroextrativista do Médio Purus (ATAMP); Prefeitura Municipal de Lábrea; Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA); Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNS); Comissão Pastoral da Terra (CPT-Prelazia de Lábrea); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea (STTRL); Associação dos Pequenos Serradores de Lábrea (ASMADEL); Associação dos Pequenos Moveleiros de Lábrea (APEMOL) e World Wide Fund for Nature (WWF).

O evento contou com a presença de 100 pessoas e teve por objetivo dar prosseguimento no apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário e de pequena escala em Lábrea para o suprimento de madeira legal no município, de forma a:

- Dar visibilidade às iniciativas de manejo florestal comunitário e de pequena escala em andamento no município de Lábrea;
- Discutir soluções aos principais desafios enfrentados pelas organizações envolvidas nas iniciativas em andamento de manejo florestal comunitário e de pequena escala;
- Envolver atores-chave por meio da construção de um plano de ação para a superação dos desafios relacionados ao fomento e estabelecimento do manejo florestal comunitário e de pequena escala no município de Lábrea.

Os principais resultados foram:

- Esclarecimentos dos processos de licenciamento do manejo florestal em UC e áreas estaduais do Amazonas;
- Apresentação de demandas pelas comunidades, extratores de madeira, movelaria e serrarias de Lábrea;
- Fortalecimento do manejo florestal comunitário e de pequena escala em Lábrea.



## *Seminário sobre manejo florestal comunitário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Marajó*

Organizado pelo GT MFC do Marajó, o Seminário foi realizado nos dias 5 e 6 de novembro de 2014 em Breves (PA) e contou com a presença de mais de 200 pessoas. Destes, 150 eram moradores de comunidades localizadas em UCs e 50 representantes de instituições governamentais (órgãos federais, secretarias municipais, dentre outros) e não governamentais.

Os objetivos do seminário foram:

- Sensibilizar e discutir o processo de licenciamento do manejo florestal em UCs de Uso Sustentável do Marajó;
- Socializar o Plano de Ação do GT;
- Envolver os moradores das Reservas Extrativistas Mapuá, Terra Grande Pracuúba e Arióca-Pruanã nas ações propostas no Plano de Ação do GT e construir um Plano de Ação Institucional e Comunitário.

Durante o evento, as comunidades participaram diretamente do planejamento das ações do GT e foi possível elaborar o Plano de Ação para regularização da atividade florestal nas Resex Arióca-Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba.

Os principais resultados foram:

- Plano de Ação ampliado, envolvendo as comunidades;
- Fortalecimento do GT MFC do Marajó;
- Esclarecimentos sobre legislação para o manejo florestal em UCs;
- Visibilidade das ações do GT no Marajó.



De maneira geral, a evolução do projeto se deu por etapas de acordo com os objetivos

específicos idealizados na proposta e apresentadas a seguir.

<p><b>Estabelecimento dos modelos de MFC</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Estabelecimento de parcerias</li> <li>▶ Construção coletiva dos modelos de manejo florestal</li> <li>▶ Elaboração de PMFS e POA</li> <li>▶ Busca por fontes de financiamento para as comunidades</li> </ul>
<p><b>Formação de competências técnicas para o manejo florestal</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Treinamentos em atividades florestais (pré-exploratórias e exploratórias)</li> <li>▶ Assistência técnica florestal</li> </ul>
<p><b>Fortalecimento da organização social para o manejo florestal</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Planejamento estratégico-organizacional</li> <li>▶ Criação de identidade visual para os grupos de manejadores</li> <li>▶ Elaboração de Regimento Interno do manejo florestal comunitário</li> <li>▶ Treinamentos para gestão comunitária dos recursos naturais</li> </ul>
<p><b>Apoio à comercialização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Reflexões sobre cooperativismo</li> <li>▶ Constituição de cooperativa</li> <li>▶ Busca por mecanismos transparentes de venda da madeira</li> <li>▶ Fortalecimento de redes para transações comerciais (produtores e compradores)</li> </ul>
<p><b>Fortalecimento da governança local</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Criação ou fortalecimento de Grupos de Trabalho (GTs)</li> <li>▶ Envolvimento de gestores e COPROD</li> </ul>
<p><b>Produção e disseminação boas práticas de manejo florestal comunitário</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Produção de informativos para moradores de comunidades</li> <li>▶ Entrevistas para aproximar moradores da floresta e outros públicos do IFT na disseminação de boas práticas do manejo florestal comunitário</li> <li>▶ Aplicação de ferramentas de comunicação para elaboração de planejamento estratégico-organizacional</li> </ul>





Os principais resultados do projeto serão apresentados por território de atuação, bem como as perspectivas a partir das ações do IFT.

## • Reserva Extrativista Ituxi

Os esforços para a regularização da atividade madeireira na Resex Ituxi datam de mais de cinco anos antes do início do Projeto MFCF-UCs. Moradores representados pela associação comunitária, SFB e ICMBio buscaram licenciar um plano de manejo florestal em 2010 e sem resultado, a exploração madeireira se manteve de forma irregular e não planejada.

A partir do envolvimento de diversas instituições convidadas pelo ICMBio e APADRIT para apoiar o manejo madeireiro na Resex, iniciou, em 2012, um conjunto de ações que culminou na elaboração do PMFS, pelo IFT, e de um Plano de Negócio da madeira manejada, pela CSF. A discussão do modelo de manejo florestal comunitário estabelecido na Resex Ituxi iniciou antes mesmo do Projeto MFCF-UCs, mas este foi essencial para consolidar o PMFS e implementá-lo.

No período que antecedeu o Projeto MFCF-UCs, IFT e CSF avançaram na elaboração do PMFS e Plano de Negócio, respectivamente, conduzindo reuniões e atividades de campo, como inventário florestal amostral, que subsidiaram a elaboração dos documentos.

O IFT também uniu esforços com IEB e ICMBio para a realização de um intercâmbio sobre arranjos sociais e produtivos no manejo florestal comunitário e um dos resultados desta ação foi a condução, pelo IEB e Coomflona, de

As lições apreendidas serão apresentadas ao final deste capítulo, contemplando as três reservas extrativistas.

reuniões para a elaboração do regimento interno do manejo florestal comunitário. O IFT participou deste processo apoiando a consolidação e implementação do regimento.

Também foi construído com os manejadores, o planejamento estratégico-organizacional do manejo florestal comunitário. Com esse planejamento, também foi possível criar a identidade visual para o grupo de manejadores, e o planejamento foi traduzido em um folder institucional do Empreendimento Angelim.

O regimento interno e o planejamento estratégico-organizacional fazem parte de uma estratégia de fortalecimento da organização social para o manejo florestal comunitário. Com estes dois documentos, que foram o resultado de um processo mais amplo de reflexão e construção, os manejadores puderam definir missão e valores, além de organizar o trabalho estabelecendo funções que vão desde o coordenador geral a ajudante de campo.

---

“...o planejamento estratégico-organizacional faz parte de uma estratégia de fortalecimento da organização social para o manejo florestal comunitário.”



O **Empreendimento Angelim** é o resultado das reflexões tratadas no planejamento estratégico-organizacional.

É um projeto comunitário de uso comercial da floresta pautado na sustentabilidade ambiental, econômica e social. É formado por um grupo de moradores da Reserva Extrativista Ituxi que, juntos, manejam a floresta de forma coletiva e sustentável.

**Missão:** implementar o manejo florestal comunitário como atividade econômica sustentável, legalizada, transformadora e indutora de progresso social para as comunidades da Reserva Extrativista Ituxi, complementando a renda familiar, aumentando a qualidade de vida, além de garantir a soberania sobre o território e perpetuação das tradições.

**Visão de futuro:** em 2025, o Empreendimento Angelim estará sendo plenamente gerenciado por meio da união dos moradores do Rio Ituxi, formando recursos humanos locais para suprir todas as necessidades do manejo florestal. O empreendimento promoverá a extração e beneficiamento da madeira e resíduos florestais, a dinamização de outras cadeias produtivas florestais, além assegurar o desenvolvimento social das comunidades locais, oferecendo apoio e contrapartidas para parceiros governamentais e não governamentais na implementação de atividades para melhorar a qualidade de vida da população da Resex Ituxi. O Empreendimento Angelim será referência na exploração madeireira em escala comunitária na Amazônia e suas experiências serão visitadas e disseminadas dentro e fora de nossa região.

## EMPREENDIMENTO ANGELIM



Manejo Florestal Comunitário e Familiar  
Resex Ituxi - Lábrea - AM

**Contato:** [apadrit.rioituxi@hotmail.com](mailto:apadrit.rioituxi@hotmail.com)

Com a aprovação do PMFS, o IFT elaborou o POA e treinou os manejadores em atividades pré-exploratórias do manejo florestal. A partir da aprovação do POA, IFT, ICMBio e manejadores iniciaram o planejamento das atividades exploratórias e os mecanismos de venda da madeira.

A exemplo da forma de comercialização da madeira realizada na Floresta Nacional do Tapajós, pela Coomflona, o IFT conduziu, em parceria com o ICMBio e Tramitty Serviços, a realização de um pregão público presencial de

venda da madeira. Foi contratada assessoria jurídica com esta finalidade cabendo ao ICMBio e APADRIT a divulgação e convite para as empresas interessadas na compra da madeira.

O pregão ocorreu em 16 de junho de 2015 e não houve apresentação de propostas por parte das empresas. Com isso, caminhou-se para outro mecanismo, a venda direta da madeira.

Lábrea possui mercado para a compra de madeira, composto por serrarias, movelarias e estaleiros e estes fazem parte do Grupo de Trabalho da Madeira, sendo representados



pela APEMOL e ASMADEL. Entretanto, mesmo com a participação dessas duas associações nas discussões que antecederam a publicação do edital de pregão público presencial de venda da madeira, as empresas locais não se interessaram em enviar propostas.

Na avaliação realizada pelos manejadores e parceiros, acredita-se que a ausência de propostas no pregão ocorreu devido a alguns fatores:

- Falta de divulgação do edital de pregão público presencial de venda da madeira com mais antecedência;
- Falta de pesquisa e contato prévio às empresas para convite ao pregão;
- Necessidade de dividir a madeira em lotes diversificados para atender a demanda do mercado, relacionado à pesquisa prévia;
- Dificuldades das empresas em atender os critérios do edital de pregão público presencial de venda da madeira;
- Falta de interesse das empresas devido valores mínimos exigidos no edital, que são maiores daqueles praticados no mercado de madeira ilegal.

Para enfrentar essas dificuldades de co-

mercialização e permitir que a madeira legalizada entre no mercado local são necessárias ações mais contundentes de fiscalização por parte da SEMMA de Lábrea e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). O trabalho do GT da Madeira também é essencial e deve ser fortalecido para que seja uma instância de governança local permanente que promova o manejo e o comércio da madeira no município.

Um dos resultados mais contundentes do Projeto MFCE-UCs no território do sul do Amazonas foi a implementação do projeto de manejo florestal comunitário na Resex Ituxi, observando os parâmetros legais e incorporando práticas e conhecimentos tradicionais. Com a aprovação do POA, o IFT conduziu treinamentos em atividades exploratórias, tais como:

- Técnicas de planejamento e construção de pátios, estradas e infraestruturas em manejo florestal.
- Técnicas especiais de corte de árvores e segurança em manejo florestal;
- Técnicas de planejamento para escoamento (transporte) da produção da floresta até o porto de estocagem.



E, ao oferecer tais treinamentos, o IFT e manejadores executaram juntos as atividades previstas no POA, implementando o manejo florestal comunitário, desde a concepção até execução em campo. **Esta foi a quarta Unidade de Conservação federal a realizar exploração madeireira de forma comunitária na Amazônia e a primeira do estado do Amazonas.**

Conforme a Autorização para Exploração (AUTEX), emitida pelo ICMBio, foram 110 hectares destinados para área de efetivo manejo florestal, contendo 326 indivíduos florestais para corte e totalizando 1.100m<sup>3</sup> de madeira em tora.

A madeira foi serrada com motosserras (beneficiamento primário) e, até o mês de elaboração desta publicação, estava em processo de venda. Estima-se que a receita bruta chegará a 252 mil reais e os custos estarão em torno de 90 mil reais, com resultado final (receita líquida) de 162 mil reais, os quais serão rateados para capital de giro e para os comunitários envolvidos diretamente no manejo florestal, conforme Regulamento Interno do Empreendimento Angelim.

Devido ao tempo de execução do projeto e recursos (financeiros, humanos) desti-

nados para o mesmo, não foi possível ainda realizar um estudo técnico para acompanhar os gastos da atividade e verificar a coerência entre plano de negócio e estimativas de custos e benefícios e a realidade.

### **O modelo de manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Ituxi**

A Resex Ituxi possui 776.323,48 hectares, entretanto, foram selecionados apenas 1.403,53 hectares para serem destinados ao manejo madeireiro. Isto se deve a alguns fatores discutidos amplamente com manejadores e parceiros e que determinaram a escolha do tamanho e localização da área destinada para manejo madeireiro, tais como:

- Histórico de tentativa de licenciamento da área, no formato de manejo florestal familiar antes da criação da UC e coletivo, unindo áreas inventariadas, após criação da mesma;
- Ausência, ou pouca ocorrência, de espécies de uso não madeireiro, como castanheiras e copaibeiras;





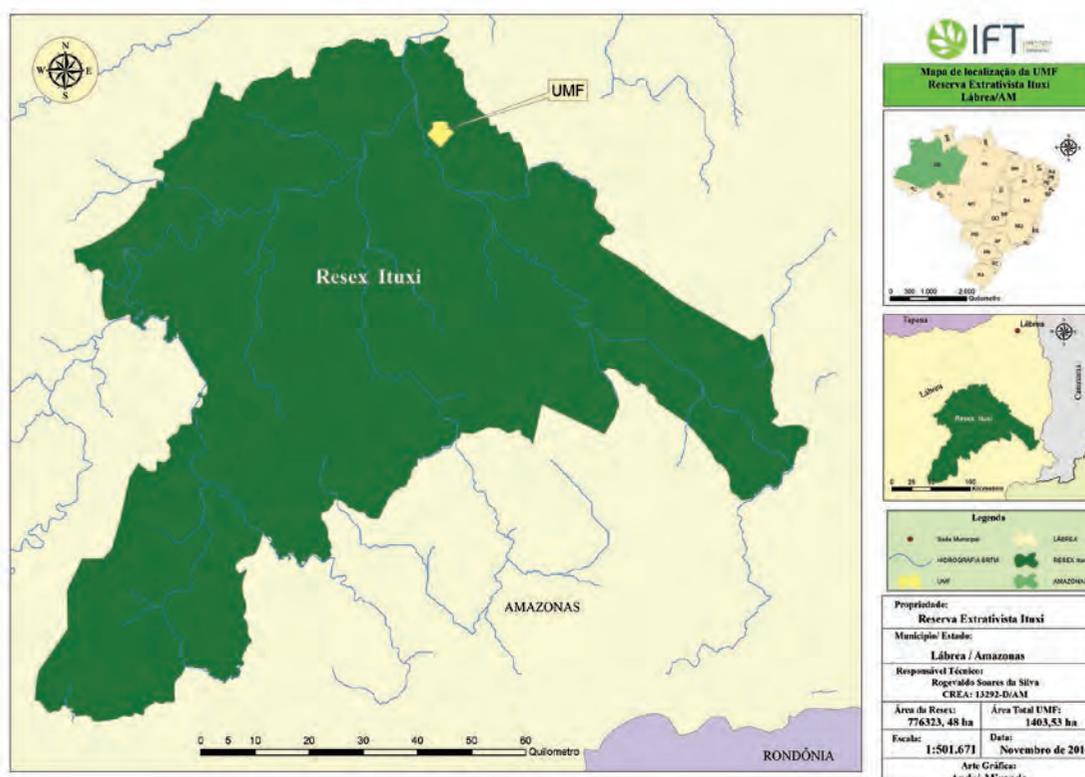
- Potencial para o manejo madeireiro com ocorrência de espécie de interesse para o mercado local e regional;
- Acesso e escoamento da madeira pelo rio Punicici;
- Área de uso coletivo para todas famílias da Resex;
- Arranjo operacional para extração de madeira;
- Número de manejadores envolvidos;
- Recursos financeiros disponíveis para investimento inicial;
- Falta de regularização fundiária das áreas destinadas por decreto para a reserva extrativista que impediram aumento e escolha de outras áreas.

A UMF representa 0,18% em relação à área total da UC. Embora pareça insignificante, além dos fatores descritos anteriormente, o grupo de parceiros e manejadores decidiram iniciar o ma-

nejo madeireiro de forma experimental, com áreas de produção anual variando entre 100 e 150 hectares. A perspectiva é de ampliar a área quando os manejadores estiverem mais preparados técnica e operacionalmente e possuírem recursos financeiros próprios para investir na atividade.

A escolha da localização da área destinada para o manejo madeireiro também se atentou para o fato de ser uma área de uso coletivo, onde as famílias interessadas na atividade madeireira pudessem trabalhar juntas. Assim como em outras UCs de Uso Sustentável, existe uma divisão socioprodutiva das áreas para uso das famílias, havendo respeito aos limites entre as mesmas.

No caso de manejo madeireiro, segundo entendimento do ICMBio, a gestão e área devem ser coletivas. Por isso que a escolha considerou uma área coletiva que não prejudicasse os limites das famílias que geram seu sustento a partir do uso dos recursos naturais das áreas de uso familiar.





Operacionalmente, o manejo florestal na área foi pensado para atender os modos tradicionais de exploração madeireira, praticados pelos moradores há décadas, mas também observando aspectos legais e ambientais, como topografia e ocorrência de cursos d'água. Considerando, ainda, que a produção esperada é de 10 m<sup>3</sup>/ha e que o escoamento da madeira da floresta para o pátio de estocagem não poderia ser realizado com maquinário pesado. Assim, a madeira é serrada (beneficiamento primário) no local de queda da árvore e transportada manualmente (no ombro) até uma estrada principal, então transferida para uma carroceria puxada por trator agrícola de pequeno porte até o pátio de estocagem localizado às margens do rio principal.

Este modelo operacional de exploração atendeu as expectativas dos manejadores de serrar a madeira, como faziam antes do licenciamento do PMFS, para vendê-la em tábuas, pranchas e outros produtos. O mercado comprador em Lábrea tem interesse em comprar a matéria desdobrada e os operadores de motosserra, que são maioria no grupo de manejadores, podem exercer suas funções.

Além de operadores de motosserra, o Empreendimento Angelim conta com uma coordenação geral e funções diversas, como coordenador de negociação a identificador florestal, o qual recebeu diversos treinamentos, dentre aqueles oferecidos pelo IFT e pelos parceiros ICMBio, IFAM e outros.

Com os recursos financeiros adquiridos na Seleção Pública nº 2014/020 – ECOFORTE Extrativismo da FBB e BNDES, o IFT está apoiando a gestão do convênio firmado entre APADRIT e Fundação. Foram 450 mil reais destinados para a compra de trator agrícola com carroceria, embarcação do tipo balsa para transporte da madeira, equipamentos de proteção individual, motosserras, equipamentos eletrônicos como computadores para gerenciamento e emissão de documentos, além de insumos para a atividade de beneficiamento da madeira.

Os itens adquiridos também poderão ser empregados em outras atividades produtivas da Resex Ituxi como coleta e transporte da castanha-do-brasil, óleo de copaíba e transporte do pirarucu e de produtos da agricultura familiar.



“A cooperativa propiciou mais postos de trabalho para as mulheres, as quais passaram a assumir posições importantes...”



A cesta de produtos da sociobiodiversidade na Resex Ituxi é ampla e com possibilidades de atender diversos mercados como os institucionais. As dificuldades de comercialização vivenciadas por uma associação comunitária, motivou o IFT a apoiar a criação da Cooperativa Agroextrativista do Rio Ituxi (Coopagri), que envolveu diversas comunidades, além de parceiros da UC como o ICMBio, IFAM, CPT-Prelazia de Lábrea, CNS, dentre outros.

A proposta é que a cooperativa seja a entidade econômica representativa dos produtores familiares e possa acessar mercados formais, emitindo nota fiscal e dando escala à produção dos diversos produtos provenientes da Resex Ituxi.

A cooperativa propiciou mais postos de trabalho para as mulheres, as quais passaram a assumir posições importantes, como a diretoria da cooperativa, inclusive presidida por uma mulher. Os jovens têm participação ímpar no processo, tanto que a vice-presidência é ocupada por um jovem em processo de formação para se consolidar como liderança comunitária.

### Perspectivas

- Os moradores terão mais autonomia para a comercialização dos produtos florestais e agrícolas. Com a criação da cooperativa os comunitários podem ampliar a governança local, trazendo mais autonomia para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e tomada de decisão sobre questões produtivas e econômicas na Resex Ituxi;
- Com o apoio financeiro da FBB e BNDES, os manejadores estruturaram a ca-



deia produtiva da madeira e passaram a ter mais autonomia na execução da atividade, pois também possuem conhecimento técnico e operacional adquirido com a exploração da primeira Unidade de Produção Anual (UPA), junto com IFT. A expectativa é que o manejo prosiga, novas áreas sejam incorporadas e mais manejadores possam participar do Empreendimento Angelim;

- A partir dos processos de fortalecimento da organização social ocorridos nos últimos anos e, principalmente, com o ganho de experiência na gestão comunitária do manejo florestal, os moradores estarão mais preparados para novas parcerias,

## • Reserva Extrativista Mapuá

Nas Resex Arióca-Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba, o extrativismo de produtos florestais são atividades produtivas economicamente relevantes que ocorrem há muitas décadas e que permitem a geração de trabalho e renda para as famílias da região. Por mais que sejam áreas com grande potencial para o ma-

editais, projetos e ampliação de atividades econômicas coletivas incorporando novas cadeias produtivas;

- Os jovens passam a ter maior participação nas estratégias de gestão da Unidade, favorecendo a participação e diminuindo a sobrecarga de tarefas existentes nas poucas lideranças atuais;
- Certificar as áreas de manejo florestal comunitária;
- A Resex Ituxi pode se tornar uma referência de manejo florestal comunitário de baixa intensidade no sul do Amazonas e apoiar outras iniciativas, como aquelas vislumbradas na Resex Médio-Purus e Flona do Purus.

nejo florestal, as famílias careciam de apoio técnico e financeiro para consolidar o manejo florestal comunitário e a cadeia de valor de produtos florestais.

O açaí e a madeira são os principais produtos florestais extraídos e comercializados pelas famílias e têm grande demanda regional.

Eles são vendidos nos municípios próximos, na capital paraense e em outros estados, como o Amapá. Todavia, a extração desses produtos florestais não era feita de forma ambientalmente sustentável, ocasionando riscos para a conservação florestal.

A comercialização informal dos produtos ocasiona valores muito baixos no mercado. Por exemplo, nas Resex Arióca-Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba, o potencial econômico de produtos florestais não madeireiro é alto, mas ainda pouco aproveitado. O açaí é um desses produtos que, além de constituir a base alimentar da população local, tem grande potencial para gerar renda. Sem arranjos comerciais justos e acompanhamento técnico da gestão do manejo, o produto é comercializado de maneira informal pelas famílias para os chamados “atravessadores”.

A madeira também é explorada de maneira irregular, sem utilização de técnicas de redução de impacto negativo sobre a floresta. A retirada irregular da madeira é uma atividade econômica significativa na Amazônia e a proibição da atividade é uma solução restrita, uma vez que não elimina a causa do problema - que é a necessidade de as pessoas gerarem renda para obter bens de consumo, além da subsistência, para gastos com saúde, educação, apenas parcialmente cobertos pelo poder público, e ainda transporte e lazer.

Nos dois anos de execução do projeto foi dada prioridade para o estabelecimento das parcerias e consolidação do GT MFC do Marajó. Por meio do grupo, grandes avanços puderam ser conquistados como a integração da estratégia de atuação para três reservas extrativistas, cons-

tituindo, assim, um plano de ação conjunto envolvendo um território mais amplo.

A iniciativa de criação de um grupo interinstitucional envolvendo o poder público e organizações da sociedade civil foi inovadora para o arquipélago do Marajó. Embora o tema manejo florestal comunitário e cadeias socioprodutivas florestais sejam temas recorrentes na região, apenas com a criação do GT MFC do Marajó houve significativos avanços para a gestão e uso de recursos naturais nas UCs contempladas, as quais somam mais de 300 mil hectares de florestas públicas.

O GT conseguiu mobilizar mais de 500 moradores nas ações para criação de uma agenda comum que prevê a conservação ambiental e o desenvolvimento comunitário a partir do uso dos recursos naturais da região. O próprio arranjo interinstitucional que se deu envolvendo o governo e a sociedade civil organizada foi um dos principais passos da ação coletiva instalada para a governança socioambiental do Marajó. A partir do GT são pensadas ações estratégicas para o território, reconhecidas pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (CO-DETEM), do qual representantes do GT fazem parte (EMATER-PA, IFPA e IEB) e são realizadas ações concretas junto às comunidades para consolidar cadeias produtivas sustentáveis e promover o desenvolvimento local.

O GT também produziu informações importantes para as políticas públicas nas UCs do Marajó, como o levantamento de serrarias existentes nas reservas extrativistas contendo informações geográficas das serrarias, de produção, custos, trabalhadores envolvidos, principais



atividades produtivas dos entrevistados, dentre outros. Tal levantamento será objeto de um material técnico e subsidiou todo o Plano de Ação Institucional e Comunitário do grupo.

Outro resultado importante foi a realização das Caravanas de Sensibilização do Manejo Florestal Comunitário envolvendo mais de 500 comunitários e criando um pacto entre GT e moradores das UCs para a regularização da exploração madeireira e das serrarias. A partir do pacto, moradores e GT estabeleceram compromissos para licenciar planos de manejo florestal comunitário, regularizar a situação das serrarias, promover cursos e treinamentos para manejo de açai e promover o fortalecimento da agricultura familiar.

Um dos resultados mais concretos do pacto já pode ser visto com a contratação dos projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). As ações em campo do GT MFC do Marajó permitiram o trabalho de cadastramento de famílias pela EMATER-PA que culminou com a liberação de 350 mil reais destinados ao fortalecimento da agricultura familiar e extrativismo florestal com foco no açai.

### **O modelo de manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Mapuá**

Para se fazer manejo florestal não existe receita, mas sim diretrizes e técnicas que são aprimoradas constantemente. Quando se trata de manejo comunitário, os desafios são maiores ainda. O caso da Resex Mapuá se configura como aqueles mais desafiadores para o IFIT.

**Reconhecimento:** o trabalho desenvolvido pelo GT MFC do Marajó foi reconhecido pelo ICMBio, Instituto de Pesquisas Ecológicas, GIZ e Fundação Gordon and Betty Moore como prática inovadora em gestão de unidades de conservação e apresentado no II Seminário de Práticas Inovadoras na Gestão de Áreas Protegidas, realizado de 22 a 26 de fevereiro de 2016, em Brasília.

A UC é composta por vegetações diversas, como floresta de terra firme, igapó e várzea. O limiar entre esses tipos de vegetação é sutil e elas se mesclam ao longo de toda a extensão da Unidade. Somado a isso, é uma área com grande ocorrência de cursos d'água. A Resex Mapuá é limitada pelos rios Mapuá, Aramã e Aramã-Grande e no seu interior é incontável o número de igarapés.

As famílias vivem próximas aos cursos d'água e dividem a área de uso familiar por igarapé principal. Assim, entre um igarapé e outro é área de uso de determinada família e a área se adentra até chegar no interior da UC marcada com a presença de igapó, ou queimado, como os moradores chamam: área alagada com presença de buritizais.

Além disso, foram mapeadas 40 serrarias dentro e no entorno da Resex, algumas de caráter familiar, outras comunitário (quando ocorre sistema de meia) e ainda, algumas que podem se caracterizar como empresariais.

A vocação para atividade madeireira é clara e, além dela, os moradores produzem açai (fruto e palmito), óleos vegetais, produtos artesanais de borracha e agrícolas. Mas organi-



zar os moradores para o trabalho do manejo madeireiro é um grande desafio, pois é preciso atender a legislação e, ao mesmo tempo, evitar conflitos e assumir um novo olhar sobre a floresta, um olhar da gestão coletiva para benefícios coletivos.

Para compreender a dinâmica socioproductiva na Resex Mapuá, foram realizadas algumas atividades com os moradores, entre elas, o mapeamento participativo das áreas de potencial

madeireiro. A partir deste levantamento, IFT, EMATER-PA e ICMBio/COPROD retornaram para a Resex para discutir o modelo.

Por se tratar de uma Unidade com dificuldades de comunicação interna, os próprios moradores determinaram divisões por polo comunitário, os quais abrangem diversas comunidades e localidades. As reuniões do GT aconteceram nos polos Santa Rita de Cássia, Vila Amélia, Bom Jesus e Boa Esperança.





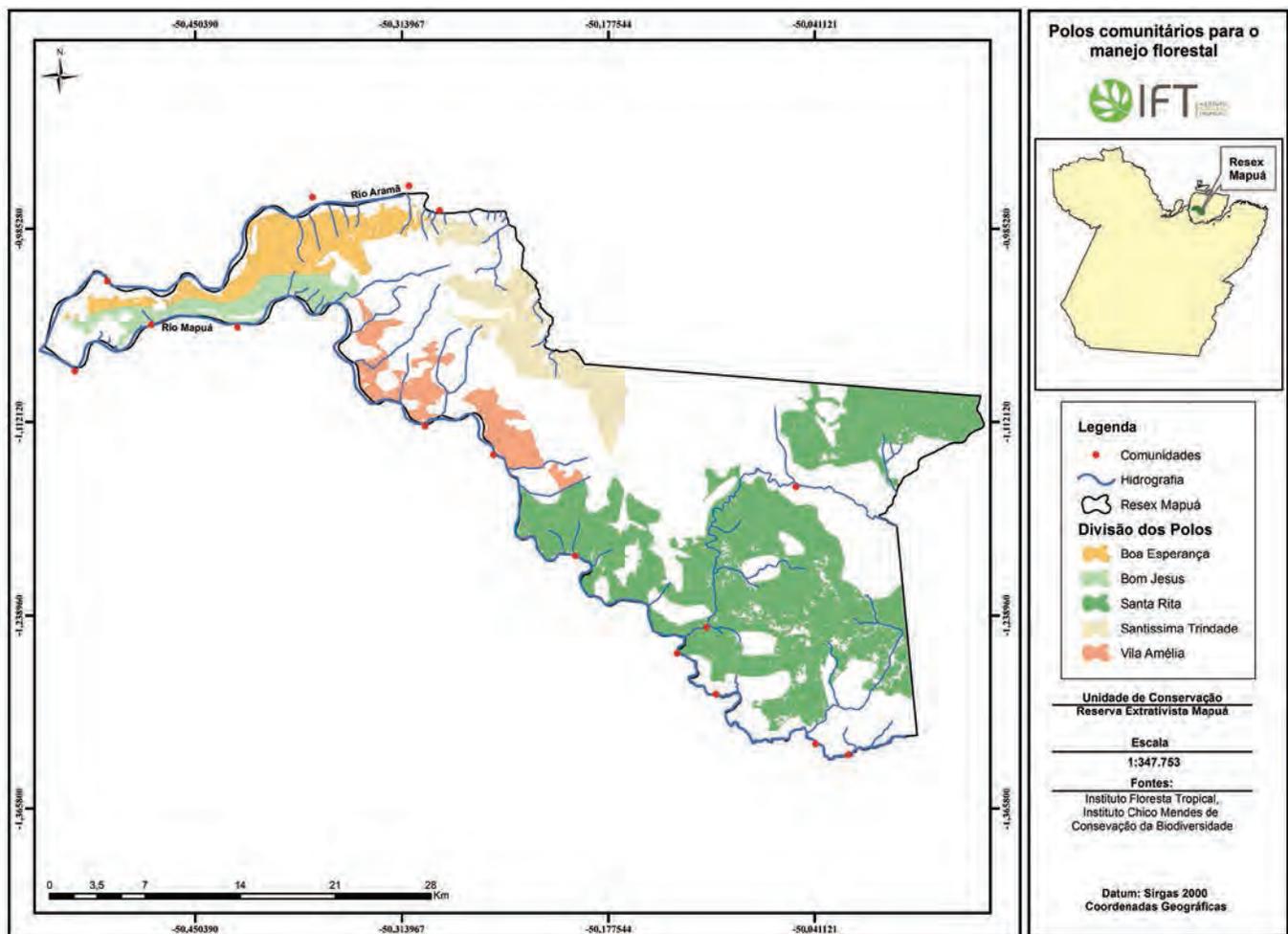
Com esta configuração já definida anteriormente, os moradores decidiram que cada polo comunitário terá seu próprio PMFS e que a Cooperativa do Aramã e do Mapuá (COOAMA) poderá ser a detentora dos Planos.

O modelo de manejo madeireiro na Resex Mapuá ainda não foi implementado. O Projeto MFCF-UCs avançou nas discussões, que foram amplas, e na fase atual o IFT assessora os moradores na elaboração dos PMFS.

Operacionalmente, o que se configura é a implementação do manejo florestal de baixa intensidade em área de várzea. O IFT fará um le-

vantamento técnico em campo para verificar as condições operacionais. E, diferente do modelo estabelecido na Resex Ituxi (Lábrea-AM), a dinâmica será determinada por diversas áreas, consecutivas ou não, que comporão a Área de Manejo Florestal (AMF), ao invés de uma única área destinada exclusivamente para o manejo da madeira.

É interessante reforçar que o modelo de manejo florestal comunitário a ser estabelecido na Resex Mapuá poderá ser referência para florestas comunitárias do Marajó, como as Resex Arióca-Pruanã, Terra Grande-Pracuúba e Gurupá-Melgaço.





## Perspectivas

- Regularização da exploração madeireira e das serrarias localizada na Resex Mapuá, de forma a legalizar tal atividade e ordenar o uso florestal promovendo geração de trabalho e renda, conservando a floresta;
- Venda da madeira serrada (diversos produtos, como tábua, pernamanca, flexal, assoalho, forro, lambri, casco, escama, ripa e ripão) para diversos mercados (Breves, Belém, Macapá, dentre outros), de forma organizada, coletiva e legalizada;
- Aumento da área de açaí manejada e aumento da produção de açaí para atender mercados formais e justos por meio da venda via cooperativa;
- Acesso a mercados institucionais, como PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo preços justos para os produtos florestais e da agricultura familiar;
- Fortalecimento e aprimoramento do GT MFC do Marajó, de forma a ampliar as ações e apoiar mais iniciativas de uso e gestão comunitária nas reservas extrativistas, como o Coletivo de Mulheres Agroextrativistas da Resex Mapuá, que trabalha com óleos vegetais, artesanatos, borracha natural, entre outros;
- Aprimoramento das serrarias para melhoria da qualidade final dos produtos do desdobro das toras provenientes dos PMFS e diminuição de desperdícios.

## • Reserva Extrativista Verde para Sempre

A demanda pela regularização da atividade madeireira apresentada pelos moradores da Resex Verde para Sempre é legítima, e sempre esteve inserida na economia local que se perpetua há gerações. Entretanto, encontrar um denominador comum para uma diversidade de situações foi um desafio para as comunidades e parceiros, dentre eles o IFT.

A Resex Verde para Sempre ocupa uma grande área e nela ocorrem diferentes tipos de vegetação que vai desde a várzea, onde moradores criam animais como búfalo e gado, à floresta

de terra firme, com grande potencial para o manejo florestal (madeireiro e de produtos florestais não madeireiros) e de grande interesse das madeireiras locais.

O histórico de conflitos entre moradores e madeireiras pelo uso dos recursos naturais, notadamente a madeira, é antigo e bastante conhecido. Mas com a apropriação legítima do uso legal da floresta para venda da madeira, as comunidades ganharam autonomia para gerenciar a atividade e trazer benefícios para elas.

---

“...encontrar um denominador comum para uma diversidade de situações foi um desafio para as comunidades e parceiros...”

Na Resex Verde para Sempre, a gestão do território, sobretudo nas áreas de terra firme, acontece no nível comunitário. Embora toda a UC seja uma área protegida de uso coletivo, entre os moradores existe uma divisão socioprodutiva por comunidade e, também, por família. Os limites de atuação das comunidades foram decisivos na escolha do modelo de manejo florestal comunitário adotado nesta reserva extrativista.

Inicialmente, quando as cinco comunidades representadas pelas suas lideranças e CDS procuraram as parcerias para implantar o manejo florestal, o IFT propôs que fosse elaborado um único PMFS, sendo que os planos operacionais anuais poderiam ser por comunidade, para que cada uma gerenciasse as áreas a ela destinada. Isto facilitaria o processo de licenciamento, dentre outros aspectos.

A resposta dos moradores foi enfática: cada comunidade teria seu próprio PMFS. Os motivos podem ser diversos: a diversidade religiosa, pois há comunidades com predominância evangélica e outras católicas; a comunicação e distâncias entre as comunidades dificultam o gerenciamento comum do PMFS; a divisão socioprodutiva e cultural por comunidade é forte. Diante desse cenário optou-se pelo recuo em respeito as peculiaridades dos moradores.

A partir disso, IFT e SFB iniciaram ações que culminaram na elaboração de cinco planos de manejo florestal e respectivos estudos de viabilidade econômica. O processo foi complexo e mais demorado do que o planejado. Diversos são os fatores que prejudicaram a celeridade do processo de licenciamento e, neste caso a responsabilidade não coube somente ao órgão licenciador.

“Embora toda a UC seja uma área protegida de uso coletivo, entre os moradores existe uma divisão socioprodutiva por comunidade...”



É relevante dizer que as mudanças (trocas) de servidores públicos, seja no ICMBio ou no SFB, afetaram o processo e a comunicação entre os membros do GAR-Floresta. Mas os demais membros, como CDS, IFT e comunidades, também deixaram de se comunicar durante alguns períodos desencadeando desencontros e erros de concordância entre os PMFS e os estudos de viabilidade econômica submetidos para análise do ICMBio.

Foi preciso resgatar todo o processo, convidar todas as instituições envolvidas e ter a COPROD como mediador para restabelecer as relações e dar continuidades a elas. Foi um momento de muita aprendizagem do trabalho em grupo que envolve diferentes instituições. Nas relações entre parceiros, o diálogo frequente, facilitado por uma ou mais instituição, é algo fundamental para que as parcerias perpetuem e os objetivos comuns sejam alcançados.

Por meio do Projeto MFCF-UCs, o IFT buscou fortalecer o GAR-Floresta, por acreditar na força do trabalho coletivo, por meio da



comunicação constante das atividades realizadas em campo, e buscando compartilhar e refletir os caminhos do manejo florestal na Resex Verde para Sempre em encontros e reuniões técnicas.

A partir de diversas ações, como realização de inventário florestal amostral, treinamentos em técnicas de manejo e participação em reuniões técnicas, os PMFS e estudos de viabilidade econômica foram concluídos e aprovados pelo ICMBio.

Na Resex Verde para Sempre, além dos 4 mil hectares manejados pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum, foram aprovados mais cinco planos de manejo florestal sustentável que juntos ofertarão mais de 40 mil hectares de floresta pública a ser manejada de forma responsável e sustentável por população tradicional legalmente reconhecida.

É um salto no quantitativo de florestas comunitárias manejadas para fins madeireiros na Amazônia brasileira. Tais florestas licenciadas fornecerão anualmente 30 mil m<sup>3</sup> de madeira legal, produzida para gerar trabalho e renda e promover o desenvolvimento local. Um montante de grande relevância se for considerado que na Amazônia existem seis unidades de conservação federais com plano de manejo madeireiro licenciados e, juntos, eles estão provendo 40 mil m<sup>3</sup> de madeira licenciada por ano.

A receita bruta anual esperada, a partir da comercialização da madeira licenciada, é de **6 milhões de reais**. Considerando que os custos operacionais e gerenciais da cadeia produtiva da madeira serão de **40%**, a receita líquida esperada é de mais de **3 milhões de reais**.

### O modelo de manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Verde para Sempre

Atendendo a decisão dos comunitários que optaram por executar o plano de manejo florestal por comunidade, diferente de um plano único para todas elas, como sugerido pelo IFT, o modelo que se configurou seguiu os mesmos passos da Associação Arimum: a gestão e execução do manejo florestal são realizadas pelos moradores da própria comunidade, sem envolvimento ou relacionamento direto de outras comunidades.

Os cinco planos preveem a exploração de 21,5 m<sup>3</sup>/ha de madeira em tora, sendo que em alguns é prevista a comercialização de madeira serrada. As áreas variam entre as comunidades, sendo a menor de 2 mil hectares e a maior de 21 mil hectares.

Além da madeira, é previsto nos planos o manejo de produtos florestais não madeireiros, como a castanha-do-brasil (comunidades do rio Acaraí) e o açaí (comunidades do rio Jaurucu).

Em função do potencial florestal e do tamanho das áreas destinadas anualmente para manejo florestal, o tipo de transporte da madeira de dentro da floresta para o pátio de estocagem varia de máquinas pesadas, como o Skidder, ao caminhão catraca.

---

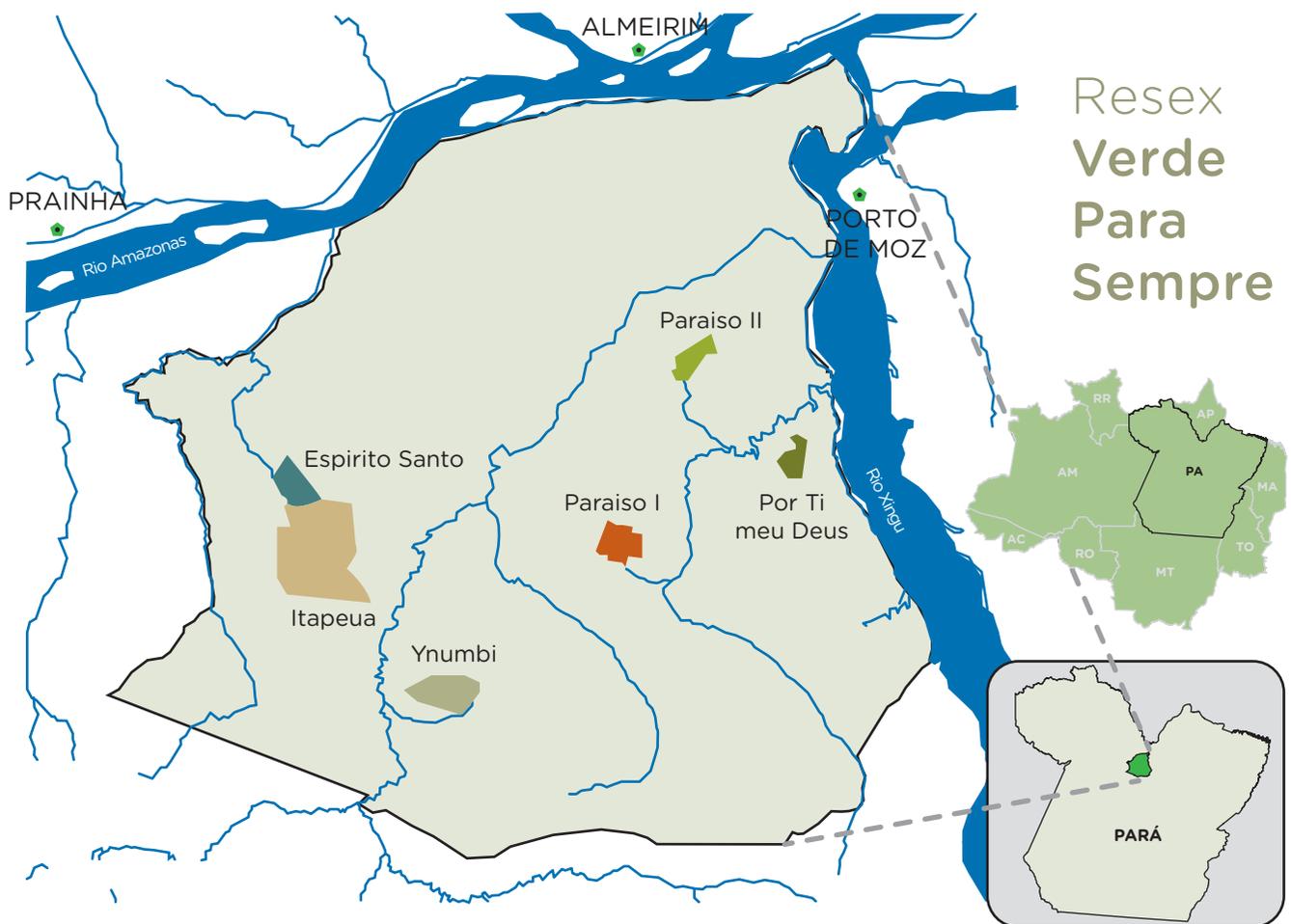
“...a gestão e execução do manejo florestal são realizadas pelos moradores da própria comunidade...”

Comunidade	Localização na Resex	Área do PMFS (ha)	Tipo de transporte da madeira*
Espírito Santo	Rio Guajará	2.420,78	Catraca
Ynumbi	Rio Jaurucu	5.813,63	Catraca
Por Ti Meu Deus	Rio Acaraí	4.186,82	Catraca
Paraíso	Rio Acaraí	6.921,12	Skidder
Itapéua	Rio Jaurucu	21.259,25	Skidder

\* Todos os PMFS são da categoria plena que prevê o uso de máquina pesada, caso seja necessário.

Mesmo que os planos de manejo florestal sejam por comunidade, a gestão da floresta é considerada na escala da unidade de conservação e algumas atividades, como

construção de estradas, podem ser planejadas para atender os PMFS próximos, como é o caso das comunidades Espírito Santo e Itapéua.



## Fortalecimento da organização social

O IFT apoiou a organização social para a gestão comunitária do manejo florestal na comunidade Itapéua, detentora do PMFS de 21 mil hectares. A partir do planejamento estratégico-organizacional e regimento interno, os manejadores se organizaram em coordenações e estabeleceram a forma como os recursos financeiros da venda da madeira serão distribuídos.

O IFT ajudou a criar o Projeto Jutaí, que nasceu dos esforços da Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agro-

extrativistas da Comunidade Itapéua e tem por missão realizar o manejo florestal comunitário legalizado, agregar valor à produção florestal, contribuir com a conservação da floresta e dar continuidade às tradições locais.

O trabalho de fortalecimento da organização social também resultou na reflexão e criação de uma identidade visual dos manejadores, trazendo consigo um sentimento de pertencimento e confiança no trabalho coletivo. A questão de gênero também foi trabalhada pelo projeto e a partir do regimento interno elaborado para organizar a divisão do trabalho, foram criadas:



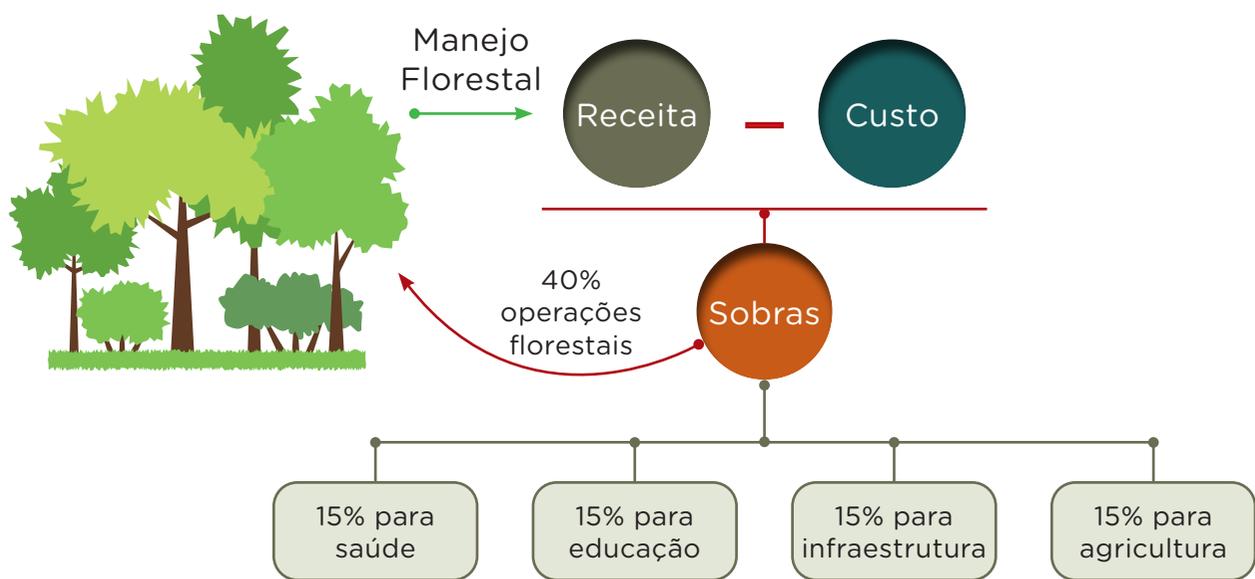


Os jovens também foram envolvidos em todas atividades, sendo bastante ativos naquelas de campo envolvendo tecnologias como uso do GPS. Alguns deles estão se profissionalizando na casa Familiar Rural de Senador José Porfírio (PA) para atender as demandas produtivas das comunidades da região do Médio-Jaurucu da Resex Verde para Sempre.

Os comunitários discutiram e criaram mecanismos internos para a utilização das receitas adquiridas com a venda da madeira manejada. Parte será destinada como capital de giro e o restante destinado para os fundos de educação, saú-

de, agricultura e infraestrutura. Com o IFT, foi possível refletir e criar uma governança mínima local para desenvolver a comunidade a partir da gestão e uso sustentável dos recursos naturais.

Os resultados deste trabalho, realizado por etapas com atividades de campo, como inventário florestal 100% e planejamento de infraestruturas florestais (estradas, pátios e acampamento), e reuniões com ampla participação dos moradores foi um dos resultados mais significativo para a formatação de uma estratégia pensada pelo IFT para promover modelos de manejo florestal comunitário.





O **Projeto Jutai** é o resultado das reflexões tratadas no planejamento estratégico-organizacional.

É um projeto comunitário de uso comercial da floresta pautado na sustentabilidade ambiental, econômica e social. Formado por um grupo de moradores da comunidade Itapéua, da Reserva Extrativista Verde para Sempre que, juntos, manejam a floresta de forma coletiva e sustentável.

**Missão:** Realizar o manejo florestal comunitário legalizado, agregar valor à produção florestal, contribuir com a conservação da floresta e dar continuidade às tradições.

**Visão de futuro:** No futuro, o Projeto Jutai de manejo florestal comunitário será gerenciado pelos próprios manejadores. O Projeto vai possibilitar a construção do posto de saúde e escola de ensino fundamental e médio. A comunidade Itapéua terá uma boa infraestrutura, além de transporte adequado para as pessoas e para o escoamento da produção agroflorestal. A associação estará fortalecida e a produção agrícola será diversificada. O manejo florestal será de diversos produtos como: madeira, açaí e outros produtos florestais não madeireiros.



**Contato:** [associacao.itapeua@gmail.com](mailto:associacao.itapeua@gmail.com)

### Perspectivas

- Aprovação dos planos operacionais anuais para início da atividade exploratória em 2016. Com o apoio do CDS, as comunidades contam agora com uma engenheira florestal contratada para acompanhar a execução do manejo florestal;
- Exploração de impacto reduzido e para isso, o IFT apoiará a execução das atividades exploratórias (colheita florestal) junto com a comunidade Itapéua. A proposta é levar maquinário próprio (Skidder) no formato de prestação de serviços para a comunidade e realizar treinamentos. Além disso, orientar a negociação para a venda da madeira e acom-





## PRINCIPAIS RESULTADOS



100

Atividades realizadas pelo projeto.

74



Representantes de comunidades e de instituições parceiras presentes nas atividades sobre arranjos comerciais, associativismo e cooperativismo no manejo florestal comunitário



211

Pessoas treinadas e capacitadas em manejo florestal e exploração de impacto reduzido

95

Envolvidos no processo de criação da Cooperativa Agroextrativista do Rio Ituxi (Coopagri), entre lideranças comunitárias, instituições parceiras e moradores da Resex.



4

Principais produtos que serão comercializados pela Coopagri: castanha-do-brasil, óleo de copaíba, madeira e pirarucu, além de produtos da agricultura familiar.

1



Pregão público presencial realizado em Lábrea para a venda da madeira legal proveniente de plano de manejo florestal comunitário

2



Seminários regionais realizados em parceria com outras instituições para discutir e promover manejo florestal comunitário

### GT MFC do Marajó

Grupo interinstitucional criado para a promoção do manejo florestal comunitário em unidades de conservação de uso sustentável do Marajó

500



Moradores de reserva extrativista mobilizados pelo GT MFC do Marajó nas ações de criação uma agenda para a conservação ambiental e o desenvolvimento comunitário a partir do uso dos recursos naturais da região



350 mil reais

Volume de recursos liberados, com apoio do trabalho do GT MFC do Marajó, pelo PRONAF Florestal e que serão destinados para o fortalecimento da agricultura familiar e extrativismo florestal na Resex Mapuá.



6

PMFS comunitário aprovados, sendo um na Resex Ituxi (Lábrea-AM) e cinco na Resex Verde para Sempre (Porto de Moz-PA)



42 mil hectares

de florestas comunitárias licenciadas para o manejo madeireiro em UCs. Um salto representativo para o manejo florestal comunitário na Amazônia



4

Modelos de manejo florestal comunitário amplamente discutidos e elaborados para a produção madeireira em UCs, sendo um deles implementado

146 hectares

de florestas comunitárias manejados pelo Empreendimento Angelim com o apoio técnico e operacional do IFT.



252 mil reais

Estimativa financeira da receita bruta do Empreendimento Angelim após a venda da madeira manejada.



450 mil reais



Foram captados via Seleção Pública nº 2014/020 - ECOFORTE Extrativismo da Fundação Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para a compra de equipamentos, materiais e insumos para a atividade madeireira na Resex Ituxi.



Na comunidade Itapéua, da Resex Verde para Sempre, estima-se que a receita bruta chegará a **720 mil reais** com a venda da madeira proveniente da primeira UPA. O POA foi elaborado pelo IFT e aguarda autorização do ICMBio.





# Lições apreendidas e sugestões para a promoção do manejo florestal comunitário na AMAZÔNIA

## • Modelos de manejo florestal comunitário

- Discutir de forma participativa com atores locais e regionais (governo, sociedade civil organizada, comunidades, empresas, universidades, escolas técnicas) o modelo de manejo florestal comunitário. Na prática, não existe padrão, e sim, bom senso e conhecimento técnico para moldar o modelo ideal às condições locais. É preciso debater diferentes aspectos, como sociais, institucionais, econômicos, operacionais, ambientais, ecológicos e de gestão. Considerar apenas um ou alguns desses aspectos é insuficiente para estabelecer modelos de manejo florestal comunitário de longo prazo.
- Fortalecer a organização social e institucional para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis coletivas. O manejo florestal comunitário é, sobretudo, um processo social que influencia a tomada de decisão para a gestão dos recursos naturais, a escolha dos modelos operacionais de manejo das florestas e a economia de um determinado território e grupo social. O planejamento estratégico-organizacional e a elaboração de um regimento interno são essenciais para a organização do trabalho coletivo e definição, de forma transparente, de como os recursos financeiros da venda da madeira podem ser aplicados para beneficiar o individual e o coletivo.
- Para implantar e consolidar cadeias produtivas sustentáveis a partir da gestão e uso dos recursos naturais por populações tradicionais é preciso fortalecer a organização social e institucional. Uma das formas de se fazer isto é promovendo reflexão coletiva sobre a missão, os valores, a visão de futuro e o público que se quer atingir com

a implantação de uma determinada cadeia produtiva. Desta reflexão, resultados importantes são derivados, originando um planejamento estratégico e organizacional, além de uma visão de futuro que possa beneficiar o coletivo, buscando, com isso, o desenvolvimento local.

- A construção de uma identidade visual do grupo de manejadores diretamente envolvido na atividade produtiva também fortalece as relações pessoais e coletivas, promovendo um sentimento de pertencimento e valorização das ações conjuntas, envolvendo, inclusive, os parceiros que também passam a sonhar e a lutar junto com a comunidade para a consolidação do uso sustentável da floresta, com reconhecimento e valorização da sociedade, permitindo geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida.
- O envolvimento de mulheres nos processos de discussão da gestão e uso dos

recursos naturais para o desenvolvimento local é um aspecto importante para a sustentabilidade organizacional e financeira de cadeias produtivas. Os programas públicos de distribuição de renda no Brasil têm destinado a renda para as mulheres na perspectiva do empoderamento de gênero e maior participação nas tomadas de decisão que envolvem um território de uso coletivo. Nesta perspectiva, o IFT buscou envolver mais a participação feminina, mesmo naqueles ambientes em que isto não era comum e resultados de curto prazo foram percebidos, como a organização do trabalho para o manejo florestal, em que mulheres passaram a liderar algumas coordenações e condução de processos de decisão sobre valores de diárias a serem pagas para os comunitários envolvidos no manejo florestal.

- O envolvimento de jovens, tratados sem discriminação de idade e experiência, é





um aspecto importante para a sustentabilidade operacional de cadeias produtivas e inovação. O uso de tecnologias mais recentes, como da telefonia e do GPS, é algo que a juventude domina e gosta de aprender e usar. Valorizar isto e direcionar atenção para treinamentos que contemplam tais tecnologias faz com que os jovens se interessem mais

## • Governança socioambiental

- As parcerias podem ser importantes instrumentos para a implantação e aprimoramento de atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas. Nenhuma instituição, seja governamental ou não governamental, atende ou possui expertise para trabalhar todos os aspectos que o manejo florestal comunitário exige e a ação colaborativa, em cooperação, favorece a complementariedade das ações propostas pelas instituições. Assim, a formação de redes institucionais, seja grupo de trabalho, fórum de discussão, comitê técnico consultivo ou outra forma, é essencial para tratar questões institucionais, técnicas, sociais, econômicas e ampliar as possibilidades de consolidação de cadeias produtivas sustentáveis na perspectiva da geração de trabalho, renda e desenvolvimento local.
- Um dos pilares da governança socioambiental é a formação de redes sociais em que os atores possuem afinidades e tra-

por atividades produtivas do campo e visualizem as possibilidades que integram o conhecimento da escola e da área urbana com aquelas do campo.

- Disseminar os resultados e lições aprendidas é fundamental para dar escala ao manejo florestal comunitário na Amazônia, buscando a conservação ambiental e o desenvolvimento local.

balham de forma sinérgica para atingir um objetivo comum, que é o desenvolvimento local e sustentável. Entretanto, parceria se constrói fazendo parceria. As boas parcerias estão alicerçadas na comunicação, diálogo, confiança, liderança e planejamento. O trabalho em grupo, envolvendo diferentes instituições, requer o estabelecimento de uma ação coletiva construída de forma participativa, dinâmica, comunicativa e motivada pela facilitação de algum dos atores envolvidos. Para isto, a ação deve ser baseada no diálogo, planejamento e definição dos papéis de cada parceiro, no monitoramento e na avaliação periódica das ações conduzidas pelos parceiros e no uso de ferramentas de comunicação, como informativos semestrais, para tornar todo o processo mais participativo e transparente, de forma que seja duradouro e a cada dia fortaleça seu capital social. É importante notar que parceria não se constrói apenas

nas fragilidades. Devem ser promovidas e reconstruídas nos momentos de estabilidade e sucesso das iniciativas.

- A transparência das ações e da própria estratégia das parcerias é fundamental para a confiança e o compromisso entre os parceiros. A comunicação possui diversas ferramentas que podem ser utilizadas para documentar, registrar e divulgar o papel de cada ator na parceria estabelecida, o planejamento das atividades propostas nas parcerias e o andamento (avaliação) das ações e das próprias parcerias. As ferramentas podem ser da comunicação interna, entre parceiros, e da comunicação externa, caso se deseje divulgar as parcerias para um público mais amplo. Na comunicação é preciso compreender e avaliar o público-alvo para, então, propor as ferramentas a serem utilizadas. Algumas formas de comunicação (interna e externa) para as parcerias podem ser informativos (newsletter) semestrais ou anuais; redes sociais (facebook, twitter, whatsapp

“O planejamento deve partir da definição daquilo que é estratégico para depois pensar no operacional...”

dentre outros) e fóruns ou outro formato de encontro presencial.

- O planejamento é fundamental para a criação e manutenção das parcerias enquanto ação coletiva. De forma conjunta, os parceiros podem traçar os resultados esperados e as transformações socioambientais e econômicas que desejam atingir em um determinado período de tempo. O planejamento deve partir da definição daquilo que é estratégico para depois pensar no operacional, pois as ações que não são alinhadas aos objetivos que se pretende alcançar contribuem pouco aos fins.

O planejamento da estratégia e das ações das parcerias estabelecidas deve ser dinâmico e, se preciso, revisitado (replanejamento) para alterações conforme monitoramento. A partir do monitoramento do planejamento e da estratégia estabelecida nas parcerias, é essencial realizar avaliações periódicas – conforme planejamento – para avaliar se os resultados esperados, objetivos e metas estão sendo alcançados.



# Agradecimentos

Mais do que apontar resultados, apresentar reflexões e sugerir nortes, esta publicação se propôs também a ser uma fonte de pesquisa baseada nas percepções da equipe que desenvolveu o projeto. Nem diário de campo ou publicação técnica, mas sim uma nova proposta documental em que as reflexões coletivas se apresentam de forma coesa, sucinta e permeada por um olhar atento e questionador em relação à estratégia de implantação do manejo florestal comunitário vivenciada durante a execução do Projeto MFCF-UCs. Diante disso, os primeiros agradecimentos são direcionados aos que acreditaram no projeto e assumiram a responsabilidade de torná-lo realidade.

Ao Fundo Vale, instituição parceira que topou o desafio de apoiar o IFT com dedicação e compromisso, os nossos sinceros agradecimentos. À equipe que participou do projeto, tanto aqueles envolvidos com questões administrativas e financeiras, como os técnicos, engenheiros, consultores e jornalista, muito obrigado.

O desenvolvimento do projeto só foi possível pois contávamos com a parceria e apoio de diversas instituições que acreditam no desenvolvimento sustentável da Amazônia e trabalham para fortalecer as comunidades tradicionais. Por isso, agradecemos, também, à Comissão Pastoral da Terra (Prelazia de Lábrea); Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz; Conservação Estratégica; Conselho Nacional das Populações Extrativistas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará; Instituto Internacional de Educação do Brasil; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas; Prefeitura Municipal de Breves, Prefeitura Municipal de Lábrea e Serviço Florestal Brasileiro.

Por fim, agradecemos ao empenho e parceria de todas as organizações comunitárias (associações e cooperativas), aos moradores das reservas extrativistas que foram incansáveis na busca por capacitação e compartilhamento de conhecimento e à Amazônia por nos presentear com estonteante beleza e riquezas naturais.

Coordenação do projeto

Esta publicação foi elaborada pelo IFT a partir da necessidade de documentar o aprendizado e disseminar as lições e desafios de implementar o manejo florestal comunitário e familiar em Unidades de Conservação da Amazônia.

Com o apoio e colaboração da equipe que desenvolveu o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira, e participou ativamente das atividades em campo, foi possível sistematizar informações que poderão servir de modelos para outras iniciativas comunitárias.

A publicação reúne informações sobre a execução do projeto e também reflexões sobre o trabalho desenvolvido em comunidades tradicionais da Amazônia. Ela é dirigida aos agentes de transformação social que atuam com manejo florestal comunitário como extensionistas, técnicos, estudantes, pesquisadores ou qualquer outro profissional engajado no trabalho de conservação ambiental.

Realização



**IFT**

INSTITUTO  
FLORESTA  
TROPICAL

Apoio



**FUNDO VALE**